



Câmara Municipal
de Oeiras

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2022

ATA NÚMERO DEZASSETE/DOIS MIL E VINTE E DOIS

ÍNDICE

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS

2 - PROPOSTA Nº. 632/22 - DOT - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA RELATIVA AO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PDM DE OEIRAS PARA ADEQUAÇÃO AO NOVO RJIGT - REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

3 - PROPOSTA Nº. 633/22 - DOT - ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OEIRAS PARA ADEQUAÇÃO AO NOVO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL – APROVAÇÃO

4 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



-----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2022-----

----- ATA NÚMERO DEZASSETE/DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- Aos sete dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Moraes, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Fernando Gabriel Dias Curto, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

2 - PROPOSTA Nº. 632/22 - DOT - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA RELATIVA AO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PDM DE OEIRAS PARA ADEQUAÇÃO AO NOVO RJIGT - REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL: -----

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e voto contra

da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Relatório de Ponderação da Discussão Pública do Procedimento de Alteração do Plano Diretor Municipal de Oeiras para adequação ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, assim como a divulgação destes resultados através da comunicação social, plataforma colaborativa de gestão territorial e site do Município.

Nos termos do número seis, do artigo octogésimo nono, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio.

II - A Senhora Vereadora Carla Castelo fez a seguinte declaração de voto:

“Nós não podemos votar a favor deste relatório de ponderação apresentado hoje para aprovação sem que as pessoas e entidades que participaram na discussão pública tivessem recebido resposta às suas participações.

Tenho defendido aqui a importância da promoção, do envolvimento e da participação das cidadãs e dos cidadãos, em todos os processos e decisões com impacto no território e nas suas vidas.

Infelizmente este Executivo tem arredado os municíipes dessa participação, que é, quanto a nós, potenciadora de melhores decisões e também do reforço da democracia local.

A alteração do PDM é um exemplo paradigmático dessa atitude de desvalorização do contributo das pessoas, da população, das associações locais e lamentamos que o Município de Oeiras tenha preferido manter, ou, aliás, remeter-se à inação quanto às suas obrigações de promover sessões de esclarecimento, sessões de discussão, auscultação dos Municípios e partes interessadas em matéria, quanto a nós, de enorme relevância territorial.

Tal situação configura uma falha grave e uma opção por processos pouco transparentes entre a Administração Local e os cidadãos, escusando-se a Administração, aquilo que consideramos serem os seus deveres de promoção da participação ativa e recusando também mesmo participar em iniciativas promovidas pelos próprios cidadãos, através de associações

cívicas, na falta de alternativas postas em prática pela Autarquia.-----

----- Por escolha política que questionamos e mais uma vez lamentamos, a Autarquia limitou-se a oferecer aos seus munícipes o seguinte sobre esta alteração do PDM e passo a citar aquilo que estava no “site”: “... todos os esclarecimentos necessários serão prestados na Divisão de Ordenamento do Território, sita no Palácio do Marquês de Pombal, Largo Marquês de Pombal, Oeiras, mediante marcação prévia, efetuado por contactos telefónicos, todos os dias úteis entre as dez horas e as doze horas e entre as catorze horas e as dezasseis horas ou pelo correio eletrónico e tem um email...”-----

----- Este lacónico parágrafo, afinal, é bastante eloquente pelo muito que diz, sobre o que é o entendimento do Executivo sobre o que deve ser realmente uma discussão pública. -----

----- Isto é muito pouco para um Município moderno e que deveria ser proativo, transparente, dinâmico, por isso, o PDM teve trinta e nove participações, sendo que, destas a trinta e oito foram liminarmente rejeitadas num processo sistemático de rejeição, penoso de ser lido, porque todas as participações acabavam a ser rejeitadas, como se os participantes tivessem com que a ultrapassar as suas competências ao participarem.-----

----- As propostas umas mais conceptuais, outras mais focadas, a tudo é respondido que não se aplica ou são dadas respostas nem sempre objetivas. -----

----- Realmente penoso trabalho de quem no Município esteve dias a refutar uma por uma, todas estas propostas e, na realidade, é importante também referir que esta falta de transparência também é revelada quando apenas setenta e duas horas antes desta reunião, os Vereadores, eu própria como Vereadora independente eleita pela Coligação Evoluir Oeiras tivemos acesso ao conjunto completo dos documentos que constituem o processo em análise.-----

----- Desde logo ter acesso a este relatório de ponderação, que vamos votar ou que acabámos de votar agora, a avaliação ambiental estratégica, que é um documento também bastante extenso e mais uma vez, o Executivo mostra não só a importância que dá à participação

pública, que é nula, como também a questão que fazem que os Vereadores da oposição tenham conhecimento atempado dos processos, que é nenhuma. -----

-----A maioria IN-OV de Isaltino Morais, em Oeiras é absoluta, nunca pusemos isso em causa, mas certamente com procedimentos tão opacos como este a democracia local sai fragilizada.” -----

-----Interveio o **Senhor Presidente**: -----

-----“A democracia local sai fragilizada justamente pelo diletantismo da Senhora Vereadora Carla Castelo, porque a Senhora Vereadora estar a dizer tudo aquilo que quer e lhe apetece, acusa este Executivo de falta de transparência, mais uma vez usa e abusa de insinuações estorpes e, portanto, estamos habituados a isso, quer dizer, sistematicamente usa de insinuações e de uma linguagem que não é própria. -----

-----Pergunto-lhe, houve alguma ilegalidade cometida neste processo?” -----

-----Respondeu a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Senhor Presidente, não foi feita uma verdadeira discussão pública.” -----

-----Prosseguiu o **Senhor Presidente**: -----

-----“Acontece, que essas insinuações sobre democracia, sobre transparência é de querer fazer vir ao de cima a já habitual tendência para apresentação da superioridade moral do Bloco de Esquerda e dos radicais do Bloco de Esquerda, é uma coisa estranha, não quer o ferrete do Bloco de Esquerda, mas está na sua testa gravado, gravado a fogo, por muito que diga que não, porque na realidade por muito que queira fugir ao ferrete, está lá, mas está na sua linguagem até, a sua linguagem radical, porque acusa a Câmara Municipal de falta de transparência, disto e daquilo, mas não é capaz de acusar de falta de legalidade. -----

-----Agora dou-lhe a minha versão, portanto, está no seu direito de dizer, de fazer comentários, não está no seu direito é de dizer que não há transparência ou acha que pode dizer aquilo que quer?-----



Câmara Municipal de Oeiras

----- A Senhora Vereadora acha que pode tudo, até podem truncar aquilo que eu digo, então já estou habituado a isso, filmes, vídeos da Assembleia Municipal, põe nas redes sociais só com uma parte, não põem a outra, já estamos habituados a isso, é esse o procedimento que vocês têm. -----

----- Em relação a este processo, se não há mais participações é porque realmente o tema também não é um tema interessante, é um tema de ajustamento do Plano Diretor Municipal, portanto, o Plano Diretor Municipal de dois mil e quinze foi aprovado, teve a discussão que devia ter e, portanto, o que estamos aqui a fazer e o que este procedimento determina é o dito ajustamento, não é um tema que exige dos cidadãos uma grande participação. -----

----- Por outro lado, está a desvalorizar muito os cidadãos de Oeiras, nós temos cidadãos qualificados, muito qualificados e que não precisam de ser regimentados para poderem exercer a sua opinião. -----

----- É engraçado, eu já disse isto aqui algumas vezes, realmente falam sempre em falta de participação e que a Câmara não fomenta a participação, eu quero-lhe dizer, todos os arautos da participação da retórica da participação na discussão dos orçamentos participativos nunca os vi, nunca participaram. Há uns neófitos agora da política que têm todo o direito, naturalmente, mas falam de participação, mas nunca deram o exemplo, não saem de casa às vinte e uma horas e trinta minutos da noite para irem a uma escola, a uma Junta de Freguesia, uma Paróquia para poderem dar a sua opinião sobre o orçamento participativo, eu digo que nunca os vi, porque eu vou lá, vocês é que não vão. -----

----- Por isso, Senhora Vereadora Carla Castelo se fosse uma pessoa que até aqui tivesse dado o exemplo e fosse uma passageira frequente nos processos organizados, não pelo seu partido, mas organizado por outro tipo de instituições designadamente a Câmara Municipal, poderia realmente vir falar aqui de participação, a participação de que a Senhora Vereadora fala é a participação das vanguardas é a participação da liderança iluminada da extrema-esquerda,

portanto, o resto não conta.-----

-----Ora bem, nós temos cidadãos esclarecidos que se não participaram, não participaram por desconhecerem a realidade, não participaram porque não quiseram participar, mas as pessoas são livres ou não são livres de participar?-----

-----Temos um índice de abstenção, deve estar muita gente contente com a política, as pessoas não votam, estão no direito de não votar, eventualmente porque estão descontentes, já pensaram que as pessoas podem não ir votar porque é a forma de expressar. -----

-----Claro que uns vão para a praia, há outros que estão em casa, está frio e a chover, também não dá, há outros que não votam porque não querem votar em protesto, etc., mas as pessoas são livres da sua disponibilidade relativamente a qualquer ato.-----

-----Responsabilizar este Executivo por falta de transparência, quando é tudo publicitado?

-----Como é que havia transparência? -----

-----Era o Presidente andar a fazer aí sessões de esclarecimento? -----

-----Estamos a falar de uma matéria que ainda por cima não é uma matéria que é acessível a toda a gente, mas eu vou porque não é acessível a toda a gente, mas curiosamente é acessível aos cidadãos de uma forma geral deste Concelho.-----

-----Estamos a falar da Adaptação do Plano Diretor Municipal aos Instrumentos de Gestão do Território, naturalmente que a participação é aquela que decorre da lei e extrapolar daí porque não se faz participação ou não se estabelece os veículos adequados diferentes que a Vereadora A ou B pretendiam, é falta de transparência, fica com cada um. -----

-----O que eu quero dizer é que nós estamos a cumprir a lei, é isso que estamos a fazer, naturalmente que se quem considera que não está a ser cumprida a lei tem uma boa possibilidade de resolver a questão, é para isso que servem os tribunais, mas como ninguém falou em ilegalidades, só em falta de transparência. -----

-----Essa acusação, essa ideia da falta de transparência é a nuvem que esconde o

impropério, a incompetência, a maledicência e todos esses adjetivos mais que queiram.-----

----- Quando as pessoas não têm mais argumentos para atirar a quem está a trabalhar com seriedade, a quem está a trabalhar com o seu conhecimento profissional sério e que não tem qualquer outro argumento, vem com a falta de transparência, normalmente é assim. -----

----- Até nessa matéria, até pôr em causa, nós estamos aqui com elogios aos técnicos, aos dirigentes, à equipa toda, mas depois deitamos tudo abaixo, tentamos, mas por outro lado, como se houvesse uma separação enorme entre o poder Executivo e o poder Técnico, porque na realidade, não sei quem é que influencia mais, até acho muito bem que o poder técnico tenha capacidade de influenciar o poder político, quer dizer, o poder político é responsável por orientações gerais.-----

----- Por exemplo, vamos fazer habitação, para nós é prioritário fazer habitação, duas, três mil habitações e dizemos aos Técnicos, aos Dirigentes, ao Planeamento, olhem lá, arranjam terreno para dois ou três mil fogos, porque é assim que isto funciona, eles vão ver e dizem, não há. Por isso, já falam na reserva agrícola, então se não há, temos de expropriar terreno da reserva agrícola nacional.-----

----- Mas quem decide isso é o corpo técnico, é a tecnoestrutura da Câmara que diz, Presidente não há terrenos, de maneira que, a única hipótese é esta.-----

----- Então nessa altura, nós seguimos os procedimentos e este aspeto é fundamental.-----

----- A Câmara segue sempre os procedimentos legais adequados para atingir um determinado objetivo, por isso, quando alguém tem o atrevimento de dizer que a Câmara Municipal constrói na reserva ecológica ou na reserva agrícola, está, de facto, a cometer uma falsidade gravíssima e a difamar as pessoas que têm responsabilidades, é isso que acontece. -----

----- Acho que devem ter mais cuidado na linguagem, as pessoas devem olhar mais para o espelho, de uma forma geral, se querem ser respeitadas devem respeitar, se querem falar em democracia e aquilo que o que exercício da democracia implica, não devem olhar só para eles,

devem procurar ver as ideias dos outros também, porque na realidade a democracia deixa de o ser no momento em que serve para alguns, a democracia é para todos.” -----

3 - PROPOSTA N°. 633/22 - DOT - ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OEIRAS PARA ADEQUAÇÃO AO NOVO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL - APROVAÇÃO: -----

-----I - Sobre a aprovação da alteração do Plano Diretor Municipal de Oeiras para Adequação ao Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o **arquiteto Luís Serpa** fez uma apresentação em “Power Point”, a qual fica inserida no Salão Nobre Digital e disse o seguinte:-----

-----“Como esta Câmara Municipal com a composição que tem atualmente não acompanhou todas as etapas deste processo, vou fazer uma breve replicação do contexto em que foi aberto este procedimento para alteração ao PDM que tinha sido publicado em dois mil e quinze e que se encontra em vigor.-----

-----Sem muito detalhe, a razão de ser deste procedimento de alteração não foi uma iniciativa do Município de alterar qualquer estratégia de desenvolvimento, não foi uma iniciativa do Município de transformar o modelo urbano que estava a ser desenvolvido na sequência do PDM de dois mil e quinze, mas sim um fator exogéneo, foi uma legislação, a Lei de Bases da Política Pública de Solos e do Ordenamento do Território e Urbanismo publicada em trinta de maio de dois mil e catorze, Lei trinta e um, de dois mil e catorze, que veio eliminar ou extinguir a classificação de solo como urbanizável.-----

-----Aqui é importante que se compreenda que eliminar a classificação de solo como urbanizável, implica uma reflexão sobre o transformar a classificação do solo apenas numa dicotomia de urbano e rústico, porque o planeamento é exatamente a criação de cenários de futuro e não a execução de contratos feitos no presente.-----

-----Esta lógica veio gerar alguma perturbação em inúmeros processos de ordenamento do

território de variadíssimos Municípios, precisamente por causa desta dificuldade, de compreender como é que se podia de imediato assumir como urbano ou como rústico, num processo de planeamento que tem uma extensão de tempo para se concretizar esta decisão de definir de imediato, este solo é urbano, aquele solo fica rústico, num contexto em que nos encontramos, que é o contexto da Área Metropolitana de Lisboa e é o contexto da periferia imediata da capital do País e isto é importante perceber, porque a lei foi feita como se fossemos todos homogéneos, todos os Municípios tivessem características idênticas e não tem nenhuma aferição às Áreas Metropolitanas e ao contexto de uma periferia imediata da capital, que sofreu uma série de transformações ao longo do tempo, precisamente para que deixasse de ser uma periferia, para passar a ser uma cidade dentro da metrópole que é Lisboa. -----

----- Isto é só para nos podermos posicionar em relação à motivação que levou a este procedimento de alteração ao PDM e a motivação era cumprir a disposição legal. -----

----- Na perspetiva do Município, que eu tenha entendido, não havia nenhum interesse em fazer esse procedimento, poderia haver interesse num determinado prazo de tempo em vir a fazer uma revisão do PDM publicado em dois mil e quinze, mas não fazia sentido em dois mil e dezoito, três anos depois de dois mil e quinze abrir uma revisão do PDM como se toda a estratégia que foi definida nas décadas anteriores estivesse completamente errada. -----

----- Não era o momento para o fazer, porque tinha sido acabado de ser debatido publicamente e aprovado na Assembleia Municipal, na altura, o PDM de dois mil e quinze. -----

----- O que aconteceu é que a legislação obrigou a entrar neste procedimento, porque as normas do PDM que não estivessem compatibilizadas com o novo regime jurídico, que foi publicado em dois mil e quinze, na sequência da Lei de Bases do Solo em dois mil e catorze seriam suspensas, então era necessário continuarmos a ter um instrumento que estivesse em conformidade com a estratégia que foi definida em dois mil e quinze, era necessário lançar um procedimento de alteração para podermos ajustar a classificação de solo àquelas que agora

tínhamos disponíveis por via dessa lei, que não foi de nenhuma iniciativa do próprio Município, foi este o contexto em que esta alteração foi lançada.-----

-----O procedimento que era necessário fazer, era o procedimento normal de uma alteração ao PDM e, por isso, se prolongou desde dezembro de dois mil e dezoito até agora.-----

-----Houve todas as etapas possíveis, devem ter conhecimento, pelo menos para os Senhores Vereadores toda a documentação tem estado disponível, houve a conferência procedural em que várias entidades se pronunciaram, umas fora de prazo, outras dentro do prazo, houve concertação e houve discussão pública.-----

-----Agora estamos num momento em que a Câmara Municipal irá, por um lado, deliberar sobre a ponderação do relatório de discussão pública e em seguida publicitá-lo e ao mesmo tempo aprovar a alteração ao PDM, ou melhor propor à Assembleia Municipal a aprovação da alteração ao PDM, se obviamente, for essa a vontade da Câmara Municipal.-----

-----O PDM de dois mil e quinze que está em vigor, tinha categorias de uso do solo, que estavam contidas dentro de classes de espaço que já não tem existência, ou seja, a classe de espaço urbanizável já não tem existência, foi feito num regime transitório, teríamos necessariamente que fazer esta adequação a partir do momento em que saiu aquela lei.-----

-----Partimos deste plano e o nosso referencial é sempre este plano, não é uma realidade diversa daquela que estava no Plano Diretor em vigor.-----

-----Partimos deste plano com alguns pressupostos, o primeiro é que não havia intenção de alterar nada que fosse estruturante do Plano Diretor de dois mil e quinze e, como tal, não houve qualquer proposta de alteração, a delimitação da Reserva Ecológica Nacional, a delimitação da Reserva Agrícola à estrutura ecológica fundamental às áreas vitais do PROT, ao mapa de ruídos ou aos parâmetros urbanísticos do Plano Diretor de dois mil e quinze, estamos a funcionar dentro das balizas que estavam estabelecidas no Plano Diretor de dois mil e quinze. ---

-----O que fomos tratar foi fundamentar a classificação do solo de acordo com as novas

designações e com os novos requisitos legais para que o solo pudesse ser classificado como urbano aquele que, do nosso ponto de vista, correspondia à estratégia de desenvolvimento que estava consagrada no PDM de dois mil e quinze, em que a nossa missão era garantir que essa estratégia podia prosseguir naturalmente e, paralelamente, aferir se haveria alguma circunstância, alguma área que estivesse classificada como urbanizável em dois mil e quinze, que numa avaliação feita agora justificasse propor a sua inclusão na classificação de solo rústico. -----

----- Foi isso que aconteceu em relação à área da Serra de Carnaxide, porque olhando para esta serra e olhando para a estratégia do próprio Município há muito tempo, sempre houve a intenção de fazer um grande parque na Serra de Carnaxide, que fosse um elemento estruturante do ponto de vista natural e do ponto de vista do ecossistema na sua perspetiva natural. -----

----- E por causa disso, foi sempre interpretado de uma forma polémica o facto de existir um Plano de Urbanização para a Serra de Carnaxide, porque a própria designação do instrumento de gestão territorial apontava no sentido que não era aquele que era a vontade da própria Câmara, pelo menos tenho memória disso há muitos anos atrás, tenho menos memória do tempo recente que não estava cá, mas tenho memória que há trinta anos atrás já havia essa intenção.----

----- Essa área foi desde logo proposta como área a classificar como solo rústico, com uma disposição específica no regulamento, que permite através de um plano de pormenor definir as condições em que se vai organizar essa relação entre os remates urbanos das franjas que por ali há, nomeadamente, em relação àquilo que está a acontecer no Município da Amadora, que confina com o nosso território e também para regularmos aquilo que pode ser feito dentro dos valores naturais, dos valores ambientais, dos valores até de património edificado que lá há, do Aqueduto das Francesinhas, o que possamos fazer ali, para isso iremos contratar estudos aprofundados que depois serão instrumentos de suporte do tal plano de pormenor, que depois seguirá a tramitação normal de qualquer plano de pormenor e voltará a ser objeto de discussão e de análise. -----

-----Nesta perspetiva o que é que foi alterado? -----

-----A classificação de solo deixou de existir a classificação de urbano/urbanizável, porque já não tem existência legal e houve uma diminuição daquilo que seria o solo potencialmente urbano em cento e trinta e oito hectares, que foi a delimitação que foi feita para a subunidade operativa dentro da qual está a Serra de Carnaxide no nosso Concelho.-----

-----Esses cento e trinta e oito hectares veem-se nas plantas, fizemos uma atualização pontual das cartas do património arqueológico e edificado, porque, entretanto, foram classificadas mais umas coisas e então não fazia sentido não constarem lá, não era nenhuma alteração de fundo, era apenas colocar lá aquilo que aconteceu neste período de tempo e foi atualizado um estudo económico e de programa de execução, que estava desatualizado, porque o que foi publicado em dois mil e quinze terá sido elaborado em dois mil e treze ou catorze, num contexto de dinâmica económica distinto à saída da crise do suprime que começou a seguir e a seguir veio a pandemia, as circunstâncias alteraram-se no contexto em que estávamos a trabalhar e, por isso, pedimos ao doutor Oliveira das Neves que fizesse um documento de guião que mostrasse, por um lado, a nossa estratégia em termos económicos e mostrasse, por outro lado, que existia uma programação do investimento a fazer, quer público, quer a perspetiva também do investimento privado para concretizar aquela estratégia de desenvolvimento.-----

-----Nós fundamentámos as propostas de classificação de solo como urbano em função dos requisitos legais que estão no Decreto Regulamentar quinze, de dois mil e quinze, de dezanove de agosto e fizemos cuidadosamente em relação a todos os espaços em que pareceria justificar-se uma explicitação dos fundamentos de proposta de classificação.-----

-----Não aceitámos fazer em relação àquilo que é evidente, ou seja, não faz o mínimo sentido irmos justificar a classificação como urbano daquilo que está urbanizado e aí dissemos que há cartografia, há ortofotomapas, há fotografia aérea, há documentação técnica relevante e segura, que me permite sem terem que fazer nenhuma viagem por aqui concluir que o urbano



Câmara Municipal
de Oeiras

está lá, não vamos dizer que o que é, isso pareceu-nos uma deseconomia do próprio trabalho e uma deseconomia do esforço público por fazer um trabalho inútil. -----

----- Agora, em todo o resto justificámos, dando claramente a nossa perspetiva em relação a cada uma das situações em que estávamos a propor a classificação do solo como urbano, considerando obviamente os compromissos urbanísticos que já existiam, porque isso é responsabilidade nossa também garantir que os compromissos que tiverem sido assumidos anteriormente pelo Município sejam cumpridos e também desenvolvemos uma série de iniciativas para que determinadas áreas que nos pareciam ser estratégicas do ponto de vista do modelo de estrutura urbana e da organização urbana em geral pudessem permanecer classificadas como solo urbano, não para serem totalmente edificadas, mas para serem desenvolvidas de acordo com uma lógica de articulação urbana e não numa lógica de ficarem classificadas como rústicas e depois temos de começar novamente um processo para justificar a sua transformação em solo urbano, essa foi a perspetiva com que estivemos a trabalhar. -----

----- Na realidade, o essencial do que aconteceu aqui, foi em termos de classificação de uso dos solos estritamente, houve um acréscimo de área classificada como rústica em relação ao PDM de dois mil e quinze, isto não significa que o que está pintado a verde no mapa seja o único verde que cá está, como vamos ver a seguir, o que significa que foi só em relação àquilo que era rústico e urbano “tout court”, assim foi acrescentada esta área ao rústico e foi diminuída ao urbano potencial, pela classificação como rústico, ou seja, deixou de ser urbano potencial, porque era classificado como urbanizável e tinha um plano de urbanização que a Câmara Municipal admitiu deixar cair e ser revogado pela aprovação desta versão do Plano Diretor.-----

----- O essencial foi exatamente isto, daquilo que era rural há um diferencial que corresponde aos cento e trinta e oito hectares que estão na Serra de Carnaxide, é a contabilidade mais simples possível, em relação àquilo que se passou aqui. -----

----- Em relação às restantes áreas que estavam classificadas como potencialmente

urbanizáveis, nós defendemos que de acordo com a estratégia que está no modelo urbano do plano de dois mil e quinze, todas essas áreas devem ser classificadas como solo urbano e foi essa a defesa que fizemos ao longo de todo este processo. -----

-----Com fichas específicas nos casos em que estávamos a utilizar todos estes critérios, com o avançar com unidades de execução que permitiram chegar a contratos de urbanização que fundamentam a programação e o desenvolvimento dessas áreas naquelas em que se tratava mesmo de completar elementos de estrutura urbana, com aquela que falámos aqui no outro dia na saída da A Cinco e outros casos que eram os que geraram mais polémica e que foi mais difícil concertar de alguma forma algumas posições com a CCDR, eram os casos em que o plano de dois mil e quinze tinha um conjunto de programas estratégicos centrados na atração de atividades económicas e dos usos complementares que permitem articular essas atividades económicas com a possibilidade de se poder habitar perto do local onde se trabalha, que é um princípio que estamos a tentar instituir para poder ir na direção da tal cidade dos quinze minutos, de tentar atrair as pessoas para uma relação casa/trabalho que não implique deslocações de longa duração e os correspondentes custos em termos de impacto ao nível das emissões de dióxido de carbono ou de consumo energético, se formos pela via do veículo elétrico, porque a energia tem de ser produzida de algum modo e se calhar vai emitir o dióxido de carbono noutro sítio ou noutro País.

-----De todo o modo, nestas circunstâncias aqui, o que nós fizemos foi argumentar uma coisa que me pareceu simples e que foi defendida pela totalidade da equipa que trabalhou connosco.-----

-----Para além do estudo económico que foi feito, fizemos também uma avaliação ambiental estratégica, que não era obrigatório fazer numa alteração deste tipo, que era uma alteração apenas para adequação ao novo regime jurídico, mas fizemo-la para termos algum conforto, digamos assim, em termos de perceber se o resultado que iríamos obter, mantendo aquilo que estava previsto no essencial em dois mil e quinze seria, de alguma forma, um



Câmara Municipal de Oeiras

resultado excessivamente desequilibrado do ponto de vista do seu impacto ambiental.-----

----- O nosso objetivo é concretizar uma estratégia de desenvolvimento sustentável que tem três dimensões, a económica, a social e a ambiental, temos que encontrar as plataformas de equilíbrio entre estas três dimensões para que aconteça aquilo que nós chamamos e seguindo até o conceito que o Senhor Presidente também propôs, a tal cidade verde e azul, que é uma estrutura polinucleada e que depois vai investir na concretização da sua infraestrutura verde, onde estarão todos os elementos que suportam o equilíbrio ecológico desta pequena cidadezinha, que de facto é uma pequena cidade de cento e setenta e poucos mil habitantes e que poderá ter níveis de qualidade de vida elevadíssimos, como é óbvio de perceber, porque com esta estratégia nós vamos conseguir atingir mil hectares de solo gerido pelo Município até dois mil e cinquenta e ao conseguirmos ter esses mil hectares de teremos, vinte e tal por cento do solo dessa tal cidade futura como infraestrutura verde e teremos um indicador acima dos sessenta metros quadrados de área verde por habitante, sem contar com as áreas verdes nas coberturas dos edifícios que não existem com muita frequência aqui, mas que noutras países e noutras cidades da Europa são contabilizadas para efeito dos indicadores de área verde por habitante. -----

----- O nosso objetivo é esse, não é transformar isto tudo numa área construída, não é o objetivo político do Município, nem é essa orientação que eu tenho. -----

----- A orientação que eu tenho dentro da qual temos estado em equipa a trabalhar, é a de garantir que estes equilíbrios se mantêm, e o que é que foi feito para além disso?-----

----- Foi feita esta avaliação ambiental estratégica por uma equipa coordenada pela doutora Romana Rocha, também foi feito um apoio à reflexão jurídica sobre a classificação do solo pela Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira da Universidade de Coimbra, julgo que dispensa apresentações em matéria de direito sobre o ordenamento do território e urbanismo e também tivemos a colaboração do arquiteto Luís Rebolo e da arquiteta Gabriela Cotrim, que têm uma larga experiência em trabalhos deste tipo e que conjuntamente com a equipa do

Departamento de Ordenamento do Território e de Planeamento Urbano e em especial da Divisão de Ordenamento do Território foram concretizando todo este procedimento e foram organizando tudo isto num tempo que parece muito longo, mas só quem tem a experiência de viver estes processos é que vê a quantidade de trabalho que se gera, nem que seja na interação com outras entidades que têm perspetivas diversas e que não estão a olhar para o desenvolvimento do nosso Município da mesma forma pelo menos a maior parte de nós tem olhado nos últimos anos. -----

-----É evidente que a nossa visão não é a única visão que pode existir, mas é uma visão que tem sido consistente e que tem aparentemente dado bons resultados, quer ao nível económico, quer ao nível social, quer ao nível ambiental, temos prémios em todo o lado, temos indicadores em primeira linha em todas essas matérias, há aqui qualquer coisa de positivo, podíamos ter sido uma periferia eternamente. -----

-----Eu estava cá nos anos setenta e quando foi o Vinte e Cinco de Abril já cá estava, não era ainda arquiteto, era desenhador, trabalhava porque a universidade fechou, foi uma história vivida, dizer que eu vi a transformação e vi onde é que a transformação aconteceu, posso fazer isso em testemunho direto e, por isso, me entusiasmo muitas vezes com estas coisas, porque as vivi e sei como é que isto podia ter sido e que, apesar de tudo, foi possível transformar isto num lugar onde aparentemente as pessoas gostam de viver e cada vez mais empresas se querem instalar para trabalhar.-----

-----Resumindo, esta é a estrutura com que nós estamos a trabalhar para construir a rede de irrigação da infraestrutura verde, que vai depois ligar e como se vê no mapa a Serra de Carnaxide vai entrar nestas ligações na transversal para poder ligar o verde e o azul, ou seja, ligar as linhas de água, o rio e toda esta estrutura verde e mesmo assim garantir que há organização dentro dos núcleos urbanos que formam esta cidade polinucleada, que possam garantir níveis de qualidade de vida como temos tido até aqui, não há reclamação de qualidade de vida, que eu conheça. --- -----

----- Este é, de facto, o modelo conceptual, isto não está neste Plano Diretor, é uma explicação que eu estou a dar, para dar algum suporte à argumentação de que há uma estratégia, de que estamos a conduzir as coisas de uma forma consistente e coerente. -----

----- Identificámos a rede que pode permitir criar a tal infraestrutura verde que é intersticial e que vai vitalizando o ambiente urbano com os serviços que o próprio ecossistema pode prestar. -----

----- Esta é a forma como estamos a conceber as coisas, o resto são as disposições regulamentares que permitem que possamos ir por este caminho e também permitem defender, de alguma forma, pelo menos é essa a nossa esperança, que haja desvios em relação a este caminho, é essa a esperança com que estamos a fazer regulamentos, com que estamos a fazer planos de pormenor, é garantir que tudo isto se vai concretizando e que não se perde este conceito, segmentando os processos de decisão. -----

----- Portanto, em termos de concertação as entidades que foram convocadas pela CCDR para a conferência procedural foram quatro, se não me engano, ou pelo menos pronunciaram-se quatro. -----

----- Das quatro que se pronunciaram foi a Agência Portuguesa do Ambiente, a Administração de Região Hidrográfica Sul e Vale do Tejo, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. -----

----- Dessas entidades, duas pronunciaram-se já depois do prazo, portanto, o que quer que tenham feito não tem eficácia jurídica no procedimento, mas nós não deixamos de ler e de ver aquilo que essas entidades escreveram, nomeadamente o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. -----

----- Em resultado disto, o que nós concluímos foi, na área da saúde não há nada a opor e o parecer é favorável, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas também não havia oposição a esta versão do plano diretor, embora haja um conjunto de recomendações que nós

consideramos interessante, mas para uma futura revisão do PDM, não são aplicáveis neste contexto e neste procedimento, tem um objetivo muito preciso, mas estamos a pensar ponderá-las e utilizar essa reflexão numa fase em que o Município venha a ter uma revisão do PDM. -----

-----No caso da Agência Portuguesa do Ambiente a concertação foi feita e o parecer passou a ser parecer favorável, após uns quantos ajustamentos pontuais que nos foram pedidos e aqueles que nós reconhecemos que faziam sentido, acolhemos essas recomendações e nos outros casos em que havia dúvidas esclarecemos as dúvidas e eles aceitaram os nossos argumentos, portanto, da parte da Agência Portuguesa do Ambiente o assunto ficou resolvido e o parecer é favorável.-----

-----No caso da CCDR a situação não foi tão linear, porque há uma perspetiva diversa em relação aos critérios de classificação do solo como urbano e como rústico e aqui é um momento em que se tem de clarificar uma coisa, pela Lei de Bases das Autarquias Locais, a competência para a gestão do território é do Município, o papel da CCDR é verificar a legalidade das decisões do Município, portanto, a argumentação com a CCDR, nós acolhemos todas as sugestões que sejam positivas e ponderamos sempre as recomendações que nos fazem e as opiniões que nos dão, mas não temos que fazer o que nos dizem as pessoas que estão na estrutura da CCDR.-----

-----Isto é importante perceber, porque não compete à CCDR dizer pura e simplesmente que isto tem que ser assim, porque a nossa interpretação é esta, compete-lhes dizer qual é a interpretação que têm daquilo que são os requisitos legais. Nós concordámos com a CCDR em relação a uma série de requisitos e em relação a uma série de circunstâncias que foram fundamentadas detalhadamente em cada uma das fichas que fazem parte do processo, fundamentámos também que iríamos ter contratos de urbanização no caso das unidades de execução e vamos ter o contrato de urbanização, alguns já estão, outros falta assinar, porque um senhor não mora aqui, mora noutro sítio, de todo o modo, o que é essencial aqui compreender é que não é imprescindível que haja um contrato de urbanização para que o solo seja considerado



Câmara Municipal de Oeiras

programado e para isso peço que leiam o relatório de concertação que foi redigido e pensado connosco pela professora Fernanda Paula Oliveira, que nos acompanhou em todo este processo, ela faz parte desta equipa, infelizmente não pôde estar aqui hoje connosco, porque está a fazer orais na Faculdade de Direito em Coimbra, mas é preciso compreender que o Plano Diretor de dois mil e quinze tinha programação para o desenvolvimento de determinadas áreas que eram chamados programas estratégicos e nessas áreas, nós demos sequência e esta programação elaborando planos de pormenor, mesmo assim, uma vez que a CCDR entendeu fazer algo atípico, mas perfeitamente legítimo, que foi fazer ela própria um pronunciamento durante o período de discussão pública, não é normal, mas é legitimo, pode fazer com certeza, e nós lendo aquilo que lá está fomos fazer uma reunião com a CCDR, também está aí relatada, para tentar compreender qual era o sentido daquela pronuncia, naquele momento e a conclusão a que chegámos é que o sentido era no fundo o de reafirmarem a sua posição face a determinadas posições que tínhamos.-----

----- Em conversa, numa reunião formal, porque veio a Presidente da CCDR, nós chegámos à conclusão que se tivéssemos cumprido o que tínhamos dito, que era termos os contratos nas unidades de execução e termos alguma forma de contrato de execução que nos mostrasse que aquilo que nós estávamos a dizer que era solo programado, de facto, havia intenções concretas de o executar e há na maior parte dos casos uma intenção clara de o executar, aliás, há investimentos concretos que foram já feitos nesse sentido, então eles aceitariam também, embora isto não seja a nossa justificação, nós que fizemos isto para aproximarmos a nossa visão da visão da CCDR nos casos em que estamos a elaborar os planos de pormenor.-----

----- A nossa defesa nesses casos da proposta de classificação é baseada no conceito que discutimos com a Professora Fernanda Paula Oliveira e que nos diz que o solo que estava programado para ser executado de acordo com os programas estratégicos do PDM dois mil e quinze e que diz claramente no PDM dois mil e quinze que é para ser executado através de

planos de pormenor e nós ao elaborarmos esses planos de pormenor estamos a concretizar a programação do PDM dois mil e quinze e, como tal, estamos a desenvolver solo com programa, portanto, está programado o que vamos lá fazer.-----

-----Se tem que ser feito no prazo de vigência deste PDM, com certeza, se não o fizermos, tudo isto pode regressar a rústico quando falhar o prazo que nos é dado agora, mas o prazo tem que ser dado agora para podermos tentar concretizar, se não for possível concretizar então teremos ou vamos mais adiante daqui a uns anos fazer uma revisão ou vamos ter essa regressão do solo rústico se a legislação se mantiver em vigor, porque também pode ter evoluções ao longo do tempo.-----

-----Depois em termos de concertação, há um email que vem depois da CCDR que deve estar nos documentos que vos foram fornecidos, que já é subsequente a essa reunião que aconteceu no dia dois de junho, esse mail já clarifica que se formos por certo caminho, embora haja ali uma dúvida ainda do que é entendido como contrato de urbanização e nós fizemos aquilo que nos pareceu correto para aquilo que ficou concertado na presença da Senhora Presidente da CCDR e é isso que estamos a fazer, porque a nossa defesa, de facto, não era essa, era que aquele solo é solo programado.-----

-----Em relação às participações públicas, houve participações bem fundamentadas, bem estruturadas, bem-apresentadas, o que é sempre interessante, de facto, é um contributo para reflexão, acontece que nós identificámos que havia vinte e duas participações que tinham um teor idêntico ou praticamente igual, portanto, a resposta é uma matriz de resposta, por isso, vamos dar só esse exemplo de matriz de resposta, isto é só um exemplo das tais vinte e duas participações que têm caráter absolutamente idêntico e que no fundo qual é o sentido? -----

-----É dizer isto, embora a Câmara Municipal afirme que os aspetos relacionados com a RAN e a REN e outras servidões não foram revistas, no entanto, é prevista a substituição de espaços agrícolas, florestais, naturais e ribeirinhos com alguma dimensão e qualidade ambiental,

ou seja, o que é que se está a dizer, ou a gente diz que não mexe na REN e RAN, mas ao retirar a classificação do espaço urbanizável, segundo quem faz esta exposição, passaríamos a ter estas classificações que eram feitas pela própria pessoa que faz esta reclamação, que dizia eu acho que isto aqui é espaço agrícola, é florestal, é natural. Não, para isso tinha que haver uma nova classificação dos espaços nestes termos que aqui estão.

O que nos compete dizer é que não há qualquer substituição de espaços agrícolas, florestais e ribeirinhos, porque não há substituição da classificação de espaços nestas categorias, o único sitio onde nós conhecemos foi daquilo que era urbanizado, a REN pode estar dentro da área urbana e como se sabe, a REN dentro da área classificada como solo urbano sobrepõe-se aos instrumentos de gestão territorial, portanto, para poder desclassificar qualquer área da REN mesmo em solo urbano, tem que haver um instrumento, um plano de pormenor que justifique detalhadamente e tecnicamente com profundidade por que é que estamos a mexer naquela limitação. Não esquecer que a REN é delimitada por um algoritmo que é em certa medida cego nestas questões, isto é, não permite ter uma leitura da realidade própria do território em profundidade e, portanto, pode-se classificar como REN.

Por exemplo, os buracos da pedreira da Pedregueira, aconteceu esse caso, está classificado como REN, são buracos, foi resultado da exploração de uma pedreira que foi depois transformada numa lixeira durante algum tempo e agora estão a querer infraestruturar e urbanizar uma parte dessa área, mas isso é outro assunto, é só para dar um exemplo de que estas delimitações são feitas por algoritmo matemático que vai buscar ao território certas características e depois a uma escala macro de repente determina determinadas áreas e tem umas linhas que às vezes não se consegue perceber qual é a razão de ser.

Nalguns casos, nós o que fazemos, quando passamos à fase seguinte, que é desenvolver um plano de pormenor, mandamos fazer estudos biofísicos pormenorizados por empresas que fazem sondagens e para verificar se onde se diz que há infiltração pode haver

infiltração, ou onde se diz que há infiltração por acaso não estaremos em cima de um tipo de solos que não permitem infiltração e por aí fora. A partir daí, podemos reajustar, este é o que nunca acontece ao nível de um PDM onde não tínhamos instrumentos para fazer qualquer aferição, por isso, não mexemos em nenhuma dessas limitações. -----

-----Agora, ao retirar a classificação de solo urbanizável, ele não fica automaticamente classificado como espaço agrícola florestal natural ou o ribeirinho, portanto, isso não acontece, por isso, esta participação está bem explícita, mas o fundo da questão é que não faz sentido, no ordenamento do território não funciona assim. -----

-----Foi dada a resposta para se compreender exatamente o que é que era a natureza desta reclamação. -----

-----Em relação à própria pronúncia da CCDR eu já falei, porque fazia sentido falar logo desde o início, ou seja, estando estes casos com compromisso eficaz automaticamente a classificação como urbano está fundamentada e, portanto, não há qualquer dúvida, agora onde permanecia a dúvida com a CCDR, foi por isso que tive esta explicação toda, é exatamente nos programas estratégicos, que eram exatamente programas que tinham lógica e sentido em relação à estratégia de desenvolvimento para consolidação dos eixos de atividades económicas que suportam a dinâmica económica que tem vindo a concretizar-se aqui e é essa perspetiva que se mantém exatamente. -----

-----Acontece que aqui é que há a tal dúvida entre estes casos se são considerados solo programado ou não e a dúvida ficou assim, ou seja, o que eles nos disseram foi, se vocês encontrarem uma forma de ter um contrato que permita que haja entidades interessadas em desenvolver isto nos próximos oito anos, então nós aceitamos a classificação como urbana. -----

-----Qual era o absurdo, é que isto regressava a solo rústico, e depois íamos ter que fundamentar durante não sei quanto tempo a passagem do rústico para urbano para acolher a estratégia de desenvolvimento que já vem a ser implementada desde dois mil e quinze e que já

vinha a ser implementada até antes de dois mil e quinze, porque as empresas que se instalaram nos parques empresariais e deram vida e economia própria a este território começaram a vir muito antes de dois mil e quinze. -----

----- Eu saí de licença sem vencimento em dois mil e tal e em mil novecentos e tal já cá estavam algumas dessas empresas. -----

----- Estas são as questões em que há essa divergência de interpretação quanto à classificação toda, por isso, nós tivemos o cuidado de ser acompanhados nessa matéria pela Professora Fernanda Paula Oliveira, porque aí, pelo menos, eu fico descansado em termos de segurança jurídica, pode haver e haverá certamente quem possa ter posições jurídicas divergentes, mas eu fico descansado, pelo menos. -----

----- Isto é o conteúdo documental esta é a nova carta de ordenamento que pouco difere de dois mil e quinze exceto na tal mancha da Serra de Carnaxide onde há uma alteração substancial em relação ao que é que o solo que estava classificado como urbanizável passa a estar classificado como urbano, ainda não realizado, programado, mas não concretizado, porque isso é que é o planeamento, se já tivesse tudo concretizado não havia planeamento, se já tivesse inclusive tudo contratualizado ao ponto de poder dizer que amanhã começa o investimento, então também não fazia sentido haver os planos bastava fazer-se sucessivos contratos e íamos andando por aí fora, os planos era para poder ter algum cenário de futuro e alguma capacidade de aferir a estratégia à medida que as circunstâncias vão sendo alteradas. -----

----- Há uma outra coisa que importa dizer aqui, porque muitas vezes cai nesta armadilha de pensamentos, mas não há problema nenhum, porque depois se acontecerem coisas exógenas que fazem mudar a estratégia, a gente adapta. -----

----- Só que quando adapta demora cinco anos a adaptar, é o que eu chamo o planeamento das miragens, quando eu chego lá já passaram cinco anos, já não é aquele o contexto, é outro, e esta é a realidade, quem quer que seja, que tenha dez, quinze, vinte, trinta anos de experiência

das coisas como tem o arquiteto Baptista Fernandes, sabe que isto é assim.-----

-----Ou seja, se quisermos adaptarmo-nos às dinâmicas que vão acontecer e aos contextos exógenos que nos vão fazendo alterar as coisas, temos que ter alguma margem de flexibilidade, na certeza de uma coisa, é ao órgão autárquico, neste caso a Assembleia Municipal, que compete decidir, porque estão lá representados aqueles que representam a vontade do povo e da população que aqui habita, nós temos de explicar os fatores que estão em jogo, mas é a eles que cabe, em representação da população, aprovar, não é à CCDR é à Assembleia Municipal, a CCDR só vai verificar, por isso, é que estas discussões sobre a legalidade das coisas são importantes. -----

----- Portanto, nós fizemos toda esta situação que corresponde à instrução do procedimento de alteração, fizemos uma outra coisa, constituímos um número de subunidades operativas que permite afinar a aplicação das disposições do regulamento, porque se eu tiver um regulamento em relação a unidades operativas de enorme dimensão é mais difícil perceber se estamos ou não a desviarmo-nos da linha que se tentou seguir através deste instrumento, se tivermos mais subunidades operativas, por exemplo, a Serra de Carnaxide é uma subunidade operativa, para que fique claro, que as normas que são aplicáveis aqui são claramente aplicadas aqui dentro e, portanto, eu não posso extrapolar outras normas de fora desta subunidade para dentro da subunidade, para que fique claro que a aplicação de determinada norma do regulamento é feita nestes limites que aqui estão fisicamente e as que são aplicáveis nestas áreas aqui são aplicadas nestas áreas aqui, por isso, cada uma deste programa estratégico também tem uma subunidade operativa e por isso foram criadas mais subunidades operativas. -----

-----Isto é apenas uma lógica de gestão territorial, não tem incidência nenhuma nas coisas a não ser facilitar a leitura das decisões futuras, porque se percebe que nesta unidade operativa são aplicáveis determinadas normas, na outra são aplicáveis outras normas e não há uma confusão de normas que tem que se aplicar aleatoriamente em todo o lado, portanto, permite, por um lado, aferir melhor se estamos de acordo com aquilo que está a ser aprovado a nível

regulamentar e, por outro lado, monitorizar melhor a progressão daquilo que está a ser feito.-----

----- Eu peço desculpa se me alonguei demasiado, mas pareceu-me que seria necessário, porque isto até para nós que andamos nisto há muito tempo, quanto mais o tempo passa mais elaboração jurídica há e a gente às vezes já não sabe se está a tratar de quê.-----

----- Às vezes perguntam-me, o que é que isto tudo quer dizer na prática?-----

----- É toda esta operação e todo este esforço, significado real, prático, objetivo só tem um, que é podermos pensar de novo a Serra de Carnaxide, o resto está igualzinho ao que estava no PDM de dois mil e quinze.-----

----- Todo este esforço que foi feito, toda esta gente que trabalhou, toda a gente da CCDR que trabalhou, todos os outros que intervieram nisto, porque este procedimento não é natural, é tentarmos responder a uma imposição legal, não é uma coisa natural, natural seria dizer, chegou a altura de repensar o modelo de desenvolvimento para este território. Então vamos fazer uma revisão ao longo de vários tempos, vamos discutir essa revisão, vamos aferir coisas, vamos mandar fazer novos estudos disto e daquilo e vamos repensar tudo isto.-----

----- Não foi isso que aconteceu. -----

----- Impuseram-nos um prazo e disseram ou fazem esta adequação ou ficam com tudo suspenso. - -----

----- Então é que ficávamos sem um instrumento operacional de enquadramento estratégico de desenvolvimento urbano e do desenvolvimento do próprio território na sua globalidade, independentemente que não é só o urbano, é tudo.-----

----- Essencial, não há mexidas nos regimes legais nem REN, nem RAN, nem nada, não há mexidas nos parâmetros urbanísticos que estavam definidos em dois mil e quinze, houve esta inflexão, digamos assim, em relação à Serra de Carnaxide para repensar ou pensar de novo e fazê-la mais devagar com estudos mais aprofundados para podermos trabalhar com segurança nessa zona da Serra, sem pôr em risco nenhum valores que sejam depois irrecuperáveis.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente fez a seguinte intervenção: -----

-----“Começo pelo final da apresentação do Senhor Diretor Municipal, o arquiteto Luís Serpa, a quem dirijo os cumprimentos pela apresentação e pelo trabalho desenvolvido juntamente com o Senhor Diretor de Departamento, arquiteto Baptista Fernandes, e a Senhora Chefe de Divisão, a arquiteta Vera Freire. -----

-----Permitam-me deter um pouco no trabalho apresentado pelo arquiteto Luís Serpa. O Senhor Diretor sabe que eu sou seu admirador, do conhecimento enciclopédico que tem destas matérias e do trabalho que foi desenvolvido ao longo das últimas décadas em Portugal, nomeadamente em Oeiras. -----

-----Começo a intervenção referindo que esta não é uma alteração do PDM. Isto é uma adequação do Plano Diretor Municipal de Oeiras aos instrumentos legais em vigor, aos quais nós estamos obrigados, portanto, não há aqui senão uma adequação à legalidade, ou à legislação vigente. -----

-----Naturalmente que da parte do Executivo Municipal, por quem julgo poder falar nesta matéria, até porque parte do Urbanismo, por decisão do Senhor Presidente, está sob o meu pelouro, que o modelo de desenvolvimento que Oeiras construiu nas últimas décadas, não nasceu agora e foi esse modelo de desenvolvimento, de construção da cidade polinucleada, que nós estamos a continuar a promover e que queremos ver aprofundado e desenvolvido no Concelho. --

-----Foi esse modelo de desenvolvimento que nos trouxe até hoje, foi esse modelo de desenvolvimento que nos permitiu a dignificação das pessoas com a erradicação das barracas, foi esse modelo de desenvolvimento que nos permitiu construir os parques empresariais que fazem a riqueza do nosso Concelho. -----

-----São esses parques empresariais que trazem os postos de trabalho que permitem a criação de riqueza, que nos possibilitam dar a qualidade de vida de que os oeirenses hoje usufruem, e é também esse modelo de desenvolvimento que nos trouxe a uma lógica de



Câmara Municipal de Oeiras

sustentabilidade multidimensional e olhada para o lado do desenvolvimento sustentável e, por isso, nós somos o Município da Área Metropolitana de Lisboa com o maior espaço verde por habitante, porque olhamos para a sustentabilidade ambiental.

É esse modelo de desenvolvimento que nos traz a sustentabilidade económica, através da criação de riqueza, que nos permite a qualidade de vida, que nos permitiu, por exemplo, nos últimos anos, dar conforto durante o combate a uma pandemia trágica e que Oeiras teve meios para ajudar a população.

Também é esse modelo de desenvolvimento que nos permitiu construir a sustentabilidade social que nos transformou de um subúrbio deprimido de Lisboa, pobre, com dez por cento da população a viver miseravelmente em barracas, com outra parte considerável da população a viver em dormitórios infelizes, sem vida pública, sem espaço público qualificado e tudo isto foi transformado num Concelho polinucleado o que é verdadeiramente uma nova centralidade, ou que é uma grande centralidade, se não o fosse não seria responsável treze por cento do Produto Interno Bruto português, trinta por cento da capacidade tecnológica instalada em Portugal e produzir mais riqueza que os Concelhos do Porto e Gaia, juntos, ou quatro vezes mais do que Cascais.

Estes dados não são passíveis de ser omitidos, esta é a realidade concreta com que nós vivemos hoje e esta é a realidade concreta que nós queremos continuar a ver desenvolvida em Oeiras.

Naturalmente, não quero com isto dizer que estamos satisfeitos com este Plano Diretor Municipal e queremos meramente fazer uma adaptação, não. Nesta fase, estamos a fazer a adaptação, mas, este Plano Diretor não está de acordo com aquilo que nós defendemos para Oeiras, queremos, naturalmente, revê-lo, tempestivamente, e queremos revê-lo no modelo de desenvolvimento que vínhamos seguindo e que queremos ver seguido no nosso Concelho.

Queremos ter meios para continuarmos a tomar medidas como a universalização do

acesso ao Ensino Superior para os nossos jovens, os filhos dos oeirenses com menos recursos, a partir deste ano letivo têm possibilidade de aceder à universidade, sem ‘numerus clausus’, sem limites, quem não tem recursos para suportar o ensino superior, basta dirigir-se à Câmara e fazer prova dessa falta de recursos que o Município atribui bolsa. Quem não tem casa, nós estamos a procurar construir casas para todas as necessidades prementes e para as necessidades de uma classe média empobrecida, que não tem recursos para alcançar as casas no mercado habitual de arrendamento ou de aquisição e não tem esses recursos pela cristalização dos solos nos ricos. ----

-----Não é possível fazer funcionar o elevador social, quando os solos estão cristalizados e tornamos os solos urbanos numa renda, nós estamos num modelo rendeiro, em que temos terratenentes ricos que exploram o solo urbano e enriquecem progressivamente, e os pobres e a classe média vão deprimindo e empobrecendo. -----

-----Ora, não é isso que nós queremos para o nosso Concelho e não é isso que nós queremos no nosso principal instrumento de gestão do território que é o Plano Diretor Municipal ver reconhecido.-----

-----Continuo a elogiar o trabalho desenvolvido pela fenomenal equipa técnica do Urbanismo de Oeiras. É muito difícil encontrar um conjunto de arquitetos urbanistas com a qualidade que Oeiras tem. Eu dizia há pouco que era admirador do arquiteto Serpa, pelo seu conhecimento enciclopédico e eu tenho o privilégio de despachar com o arquiteto Serpa e de ouvi-lo falar como foram construídas as praças, desde a antiguidade até à era atual, portanto, eu quando discuto urbanismo com o arquiteto Serpa não discuto. Eu sei o que quero, até porque temos um programa eleitoral para cumprir, mas quando converso com o arquiteto Serpa sobre isto, converso com a humildade de quem está numa posição que, apesar de ter o poder político, não tenho o conhecimento enciclopédico do arquiteto Serpa, e também do arquiteto Baptista Fernandes em grande dimensão, têm sobre estas matérias.-----

-----Portanto, eu aprendo muito nos meus despachos com estes dois personagens e quero

continuar a aprender e não me ponho na posição de querer saber o que não sei, até porque não dediquei trinta, quarenta anos de uma vida a estas matérias, portanto, agradeço mais uma vez o trabalho desenvolvido, um extraordinário trabalho que desenvolveram em muito pouco tempo.---

----- As horas que a arquiteta Vera Freire e sua equipa dedicaram a isto nos últimos anos, o tempo roubado à família fora de horas, o Município agradece, pelo menos este Executivo agradece à arquiteta Vera Freire, ao arquiteto Baptista Fernandes, ao arquiteto Luís Serpa, muito obrigado pelas horas de aprendizagem que nos têm proporcionado e pelo trabalho que desenvolveram nos últimos anos.” -----

----- Seguidamente, usou da palavra a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “Muito obrigada, saúdo os técnicos que elaboraram este Plano Diretor Municipal. ---

----- Algumas questões prévias que me parecem importantes relativamente a este processo.-----

----- Primeiro, sendo esta uma reunião pública e temos o gosto de ter aqui pessoas que não pertencem à casa, seria importante criar condições para os cidadãos, sejam munícipes, representantes de investidores, de empresas, de associações locais ou deputados municipais, poderem assistir às apresentações, portanto, criar condições para quem visita esta casa e vem a uma reunião pública poder também ver a apresentação e não estar perfeitamente de costas, ou então, ter de estar em pé o tempo todo. -----

----- A outra questão tem a ver com a redação que chegou incompleta e que, entretanto, já foi completada, da proposta de deliberação para aprovação desta alteração do PDM para a adequação ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e que, na página quarto, precisamente, acabava “(...) em relação à CCDRLVT,” e não tinha mais nada. Isto não tinha mais nada, e esse é, quanto a nós, o elefante na sala, é que a CCDR manteve, realmente, a sua posição desfavorável à passagem de solo urbanizável para urbano, em seis dos vinte e oito locais e, agora, realmente a frase está completa com “(...) em relação à CCDR questões em que a

interpretação dos critérios de classificação do solo apresenta pontos de vista diferentes.(...)",
portanto, temos aqui pontos de vista diferentes.-----

-----Queria também pedir, se for possível, e agradeço a sua apresentação, arquiteto Luís Serpa, talvez seja importante referir, dado que estamos numa reunião pública, o calendário legal subsequente até à publicação em Diário da República, porque no calendário que nos mostrou, terminava com a aprovação na Assembleia Municipal e era interessante também, porque temos público na sala que pode não conhecer o calendário subsequente, seria importante. -----

-----Depois, gostaria de pedir para ficar em ata a apresentação do arquiteto Luís Serpa, porque, assim, todas as pessoas poderão ler e ter toda a informação que aqui nos foi prestada e, finalmente há aqui uma discrepância, que também queria pedir a sua ajuda nisso, porque nós recebemos e, aliás, está no Oeiras Drive, trinta e nove participações. Estão ali quarenta participações, deve haver aqui uma em falta."-----

-----Atalhou a **arquiteta Vera Freire**:-----

-----“Senhora Vereadora, houve uma que entrou duas vezes.”-----

-----De novo no uso da palavra, prosseguiu a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“Entrou duas vezes, mas contaram então quarenta, certo, muito bem. -----

-----Por enquanto é isto, gostaria depois de falar mais longamente tanto sobre o relatório de ponderação da discussão pública e a própria alteração do PDM.” -----

-----Interveio o **Senhor Vereador Fernando Curto**:-----

-----“Queria começar, não posso deixar de o fazer, atendendo a que acompanho não só de agora, mas de há muitos anos, o trabalho que é feito pelos técnicos da Câmara e queria felicitar o arquiteto Luís Serpa e a sua equipa e quem trabalhou direta e indiretamente neste projeto.”-----

-----Agradeço também a aula, se me permite, e a explicação que nos deu aqui, uma vez mais, é, sem dúvida muito importante. -----

-----O Partido Socialista vem acompanhando, há muitos anos, todo este trabalho do

PDM, e o trabalho que vem sendo realizado, não só de agora, como já foi dito também pelo Senhor Vice-Presidente, isto não é uma alteração, como é lógico, é uma situação que vem aqui corrigir algo ilegal e olhamos para estas matérias, não só de agora, mas de tempos atrás, sem fundamentalismos naquilo que tem a ver com a evolução e a orgânica do trabalho em Oeiras.-----

----- E, como não podia deixar de ser, congratulamo-nos com as medidas e as melhorias que se vêm verificando e digo sem qualquer pejo nem qualquer demagogia, no que diz respeito às alterações, diminuição da área urbana e tudo aquilo que já nos foi aqui devidamente explicado e que nós acompanhamos. -----

----- Daí que, o PS sendo um partido responsável, não se coíbe de reconhecer as mudanças para melhor no que diz respeito ao PDM de Oeiras. Como tal não há na conformação do PDM, não sendo uma revisão, nada que inviabilize as propostas apresentadas pelo Partido Socialista nos seus programas eleitorais ao longo dos anos, mantendo-se o PS fiel a todos os objetivos que proporcionem a mobilidade suave, o descongestionamento de trânsito nos aglomerados e a facilitação ao acesso às vias estruturantes e, nesse contexto, eu irei apresentar uma declaração de voto, mas antes disso gostava de colocar aqui quatro questões, em termos daquilo que foi a análise que nós fizemos. -----

----- A primeira não tem muito a ver com a pergunta, mas tem a ver com a identificação dos corredores verdes que aumentaram substancialmente e que, para nós é, sem dúvida importante. -----

----- As questões que a CCDR coloca foram discutidas com o objetivo de serem corrigidas, ou seja, na reunião que teve lugar no dia dois de junho, entre a Câmara e a CCDR se, de facto, essas correções foram verificadas e que estavam plasmadas no documento e que foram elencadas pela CCDR. -----

----- Nas reuniões de consolidação das Subunidades Operativas de Planeamento de Gestão e até à reunião da Assembleia Municipal, onde vão ser contratualizadas as Subunidades

Operativas de Planeamento de Gestão, se o Senhor Presidente tem ideia de quando é que está prevista a assinatura dos contratos.-----

-----Depois, uma questão que foi muito importante e muito discutida na campanha eleitoral, também pelo Partido Socialista, tem a ver com os acessos à CREL, reportado na ficha seis, nomeadamente o Casal do Penedo, Barcarena, onde está previsto projeto do PS, pergunto se no Casal do Penedo, em Barcarena, está previsto acesso à CREL, uma parte e outra que consta também da ficha seis, também do Casal do Penedo, se é possível compatibilizar todos acesso à CREL, ou seja, é um problema de mobilidade grande que se tem verificado e, nesse sentido, era importante poder aqui também haver algum reajustamento, se for essa a ideia. -----

-----Gostava de dizer aqui, perante o que foi a análise do Partido Socialista, a apresentação e a referência que nós fizemos a todo este documento, digo-vos já também que o Partido Socialista vai votar favoravelmente a alteração do PDM para acesso ao novo regime, ficando o nosso voto final ao processo condicionado, como não podia deixar de ser, à verificação de todas as condições levantadas e respetiva legalidade.” -----

-----**O Senhor Vereador Armando Soares** fez a seguinte intervenção:-----

-----“De facto, isto é uma das áreas da Câmara Municipal de Oeiras em que sempre demos cartas, não se trata basicamente de uma revisão de fundo, recordo-me nos tempos em que estive como Membro da Assembleia Municipal, agora designado como Deputado Municipal, em dois mil e um, em que se falava muito que o PDM durava dez anos em vigor e depois demorava dez anos a ser revisto, ainda agora estava a ser aprovado e já estava a ser revisto e, portanto, foi sempre assim que funcionou um pouco em todo o lado.-----

-----A verdade é que, neste caso, não se trata de nenhuma operação de fundo, de nenhuma alteração que vá mudar radicalmente o nosso espaço, mas apenas tão pouco de a adequar à legislação em vigor. -----

-----É verdade que o legislador, independentemente de supostamente saber sempre aquilo

que faz, nem sempre atende à realidade do País. No caso de Oeiras, e penso que isto é reconhecido um pouco por todos, ou quase, é de facto no ordenamento do território que temos marcado a diferença.-----

----- Eu recordo-me, em criança, do tempo em que ainda havia carroças que andavam um pouco aqui por Oeiras, em que este era o Município que foi aqui falado e que todos dialogámos sobre estes temas em tantos sítios, com bairros de barracas e com um desordenamento atroz. -----

----- Ora, a verdade é que, desde mil novecentos e oitenta e seis, em janeiro, começou uma caminhada completamente diferente para este município. Hoje em dia, basta observá-lo em vista aérea e compará-lo com os Municípios ao lado para se perceber a grande diferença que é o ordenamento, onde temos as áreas urbanas devidamente cercadas e com jardins em todos os espaços necessários, onde a população pode usufruir de espaços de lazer, ter pavilhões desportivos e outras infraestruturas que não apenas para residir e, portanto, o mérito é, naturalmente, da liderança política indiscutível do doutor Isaltino Morais e das várias equipas que o acompanharam nos seus vários formatos, mas, naturalmente das grandes equipas do Município que, não raras vezes, são solicitados para dar pareceres e opiniões em Municípios vizinhos ou até fora do País, como alguns de nós sabe.-----

----- De forma que, na pessoa do arquiteto Serpa e, naturalmente, na sua equipa, que estão aqui presentes algumas personalidades antigas já, como é o caso do arquiteto Luís Baptista Fernandes, cumprimentar-vos a todos e dizer-vos tão-somente que o sucesso que o Município tem apresentado tem essencialmente a ver com as políticas de ordenamento do território.-----

----- Não há muito a dizer, poderemos, de facto, discutir alterações ao Plano Diretor Municipal mais a fundo, ainda que, lá está, da minha parte mantendo, como sempre, a confiança total nos técnicos da Câmara, pelo menos, enquanto forem estes, mas não é disso sequer que se trata, isto é apenas uma adequação à legislação em vigor, portanto, julgo que não vale a pena alimentar muito mais a discussão.”-----

-----Seguidamente interveio o **Senhor Vereador Pedro Patacho**: -----

-----“Gostava também de deixar duas ou três palavras nesta ocasião, naturalmente, associar-me a tudo aquilo que foi dito, mas talvez enfatizar de uma forma particularmente diferente. -----

-----Eu estou certo que todos nós temos consciência disto, mas nunca é demais dizê-lo, o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores, no âmbito das competências delegadas e subdelegadas pelo Senhor Presidente e o Executivo Municipal não tomam decisões de forma arbitrária e no vazio e unicamente guiadas, ou diria até condicionadas política ou ideologicamente. -----

-----Tomo decisões suportadas pelo trabalho e pela fundamentação e justificação técnica das equipas dos Serviços da Câmara Municipal e o que nós vimos aqui, agora, foi, de facto, uma exposição técnica que fundamenta, suporta e justifica uma proposta de decisão relativamente a um conjunto de matérias, nunca é demais frisar isto, porque, por vezes, pode haver, por razões diversas, um encaminhamento de discussão para uma outra dimensão, quando, na verdade, o que está em causa é, na maior parte dos casos em tudo aquilo que decidimos aqui, a qualidade de justificação e da fundamentação técnica que instrui as propostas que nos cabe aqui decidir e julgo que nem o Senhor Presidente nem os Senhores Vereadores, nenhum membro deste Executivo tem alguma razão para duvidar da competência e do valor técnico daquilo que são as equipas da Câmara Municipal que instruem estas propostas. -----

-----De modo que eu recomendaria alguma prudência nas avaliações que, por vezes, se possam fazer das propostas que aqui são apresentadas e associar-me-ia ao comentário do Senhor Vice-Presidente e do Senhor Vereador Armando Soares, no que diz respeito ao elogio às nossas equipas. -----

-----Lembro que, no caso do arquiteto Luís Serpa, com quem também tenho tido o privilégio ao longo destes anos de ter várias reuniões e aprender muito, digo isto com bastante

humildade e é verdade, trata-se de um quadro da Câmara Municipal que não apenas teve um relevantíssimo papel daquilo que foi o planeamento do território de Oeiras, há umas décadas, como inclusivamente prestou relevantes e significativos serviços ao País, na região de Lisboa e, portanto, trata-se de uma das mentes mais relevantes no planeamento urbanístico no nosso País. -

----- Eu da minha parte quero, nesta ocasião, atestar a minha total confiança, naquilo que nos é proposto, essa confiança decorre, obviamente daquilo que é a excelência e a qualidade que eu reconheço no rigor do trabalho das nossas equipas lideradas pelo Diretor Municipal nos diversos departamentos e nas diversas divisões e, estou muito confortável e muito tranquilo com aquilo que nos é proposto. -----

----- Até por outra razão, quando penso, por exemplo, naquilo que são os pelouros que tive o privilégio e honra de me ver confiados pelo Senhor Presidente, e naquilo que nós queremos fazer na área da educação, na área do desporto, na área da ciência, na área da juventude e, por aí fora, eu tenho, obviamente, a plena consciência que isso não se faz sem recursos, nós precisamos de recursos para continuar a alimentar a qualidade de vida que nós tanto prezamos em Oeiras, a qualidade de serviços públicos que nós temos, aquilo que nós entregamos aos cidadãos na área da cultura, na área da educação, na área do desporto, na área social, para tudo isso são necessários recursos muito significativos para continuar a entregar programas, projetos ou atividades e serviços aos nossos municípios e no sentido de alimentar a qualidade de vida que de que tanto nos orgulhamos aqui em Oeiras e esses recursos têm uma origem e essa origem é, precisamente, o modelo de desenvolvimento de Oeiras e os alicerces do planeamento do território de Oeiras. -----

----- Evidentemente, é vital, eu diria mesmo seria absurdo, o arquiteto Luí Serpa deixou isso bem claro, quando se falou de estarmos perante um fator exógeno que é uma condicionante do nosso modelo de planeamento, ao qual, obviamente, nos temos que adaptar, mas temos que adaptar percebendo que o planeamento é a antevisão do futuro. -----

-----Portanto, nós temos uma história, temos uma circunstância atual e temos o futuro que sabemos qual é que queremos que seja e ele é suportado por um determinado modelo de desenvolvimento que nos trouxe até aqui. -----

-----Como estava a dizer, é vital mesmo para nós termos a capacidade de e no âmbito daquilo que foi o fator exógeno, que foi-nos imposto por via da lei de alteração da classificação dos solos, nós termos a capacidade de preservar os espaços territoriais que anteriormente estavam classificados como solos urbanizáveis, com programas de desenvolvimento na senda daquilo que é e sempre foi nosso modelo, o nosso programa de desenvolvimento, capacitando, preparando o território para receber investimento, para receber empresas, para ter mais habitação, para ter melhores equipamentos culturais, desportivos e educativos para a nossa população e, portanto, acrescentar valor àquilo que é o nosso espaço urbano construído e a qualidade de vida e de ambiente que lhe está associada e que todos os oeirenses se orgulham, não fazermos isto, era só insensato.-- -----

-----Julgo que aquilo que nos é proposto, não apenas a mim, gera uma enorme confiança por vir tecnicamente instruído, como eu sei que vem, pela excelência e o rigor que reconheço às nossas equipas, como olhando para aquilo que é a história de Oeiras e com o nosso modelo de desenvolvimento, intuitivamente e sem a preparação técnica que os nossos dirigentes e as nossas equipas têm, intuitivamente e politicamente, rapidamente se percebe que seria uma insensatez completamente inaudita não preservar a oportunidade de desenvolvimento que já estava garantida anteriormente e que nos iria ser vedada por um fator exógeno que está a ser imposto e apenas só disso é que estamos a falar. -----

-----Esta proposta, obviamente, é uma proposta que é relevantíssima para a continuidade deste programa e deste processo de desenvolvimento em que Oeiras está há bastantes anos e no qual quer continuar e do qual não se quer desviar.” -----

-----Interveio, então, o **Senhor Presidente:** -----

----- “Verifico que, afinal, estamos a discutir uma coisa importante. Estava eu a pensar que era uma questão meramente burocrática e envolveu as intervenções dos Senhores Vereadores, muito judiciosas que, naturalmente, eu aplaudo, mas, na realidade, não estamos a fazer nada de especial que tenha a ver com o que nós pensamos do território ou das pessoas.-----

----- Estamos a praticar um ato meramente burocrático sem qualquer importância, é o que estamos a fazer, mas que por razões estranhas se mediatiza.-----

----- O que é que estamos a fazer? Uma alteração ao Plano Diretor Municipal que decorre da lei, quer dizer é o legislador que diz que as câmaras municipais têm que adaptar os seus planos ou regimentos de gestão dos instrumentos de gestão do território.-----

----- Curiosamente, este regimento dos instrumentos de gestão do território é de dois mil e catorze e o Plano Diretor Municipal é de dois mil e quinze, não acham estranho isto? -----

----- Aprova-se um Plano Diretor Municipal em dois mil e quinze e depois, diz-se que tem que ser adaptado às regras aprovadas em dois mil e catorze, isto não lembra ao diabo, mas em Portugal lembra, portanto, alguém quis impor ao Município de Oeiras que aprovasse o Plano Diretor Municipal naquela altura, em dois mil e quinze.-----

----- Segundo a memória dos deputados municipais que lá estavam, dizem que foram todos pressionados que até à meia-noite tinham que votar aquilo porque não podia passar daquele dia, portanto, o Plano Diretor Municipal de dois mil e quinze, é um plano que não foi amadurecido, não tem nada a ver com o esforço que a equipa técnica da Câmara fez no sentido de ter um Plano Diretor Municipal que correspondesse às expectativas, às ansiedades, ao modelo de desenvolvimento, mas realmente houve, na altura, um desprezo, uma prepotência, não há outra forma de adjetivar a coisa, por parte do então Presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo que achava que ele é que geria o território da sua área de influência, que os municípios não tinham capacidade para saber o que é que pretendiam para o seu território e, portanto, determinava, não só a conformidade legal como também o mérito, ele é que entendia por onde é

que Oeiras devia crescer, por onde é que se devia expandir, onde se devia fazer escritórios. -----

-----Isto é, absolutamente, a inversão total do que são as competências das diferentes entidades que gerem a administração do território. -----

-----Certo é que o Plano Diretor Municipal dois mil e quinze foi aprovado. Certo é que os instrumentos de gestão do território foram aprovados. Certo é que a lei diz que os Planos Diretores Municipais têm que se adaptar. Nós tínhamos um prazo, foi adiado, foi o próprio legislador, e o que estamos aqui a fazer, é a cumprir aquilo que a lei obriga que façamos. -----

-----O que é que a lei obriga que façamos? -----

-----Até é simples, só não comprehende quem não quer. Agora, só há terrenos urbanos e rústicos. Antes de dois mil e catorze, havia urbanizáveis, urbanos e rústicos, agora só há urbanos ou rústicos, portanto, nos municípios em que os Planos Diretores Municipais têm as três classes de espaço, rústico, urbano e urbanizável, o urbanizável vai desaparecer e, portanto, os municípios são obrigados a dizer este espaço urbanizável passa a rústico ou passa a urbano, pronto, é isto, no fundo, a adaptação que se está a fazer.-----

-----Eu devo dizer que esta é uma questão essencialmente técnica, que não precisa sequer de orientações políticas da Câmara Municipal, porque, qual é a obrigação da equipa técnica? ---

-----É verificar quais são os compromissos estabelecidos para esses espaços urbanizáveis. Naturalmente que, por exemplo, como sabem há dias houve uma polémica levantada pelo Bloco de Esquerda, a propósito dos terrenos de um Plano nas Perdigueiras, em Caxias, é um bom exemplo. Esse plano está a ser trabalhado há sete ou oito anos, era um terreno da Teixeira Duarte, que vendeu a uma empresa chinesa e, portanto, o plano de pormenor concluído, com projetos de infraestruturas realizados, com contratos celebrados entre a Câmara Municipal e essa empresa, mal seria se agora passava a rústico. Para passar a rústico, a Câmara Municipal tinha que agarrar em trinta, quarenta ou cinquenta milhões e indemnizar, como é óbvio.-----

-----Todos os terrenos classificados como urbanizável que têm porventura compromissos,

etc., naturalmente que passam a urbanos. -----

----- Pelo contrário, como dizem por aí alguns grupos políticos, não se toca na Reserva Agrícola Nacional. Não há redução de um metro quadrado na Reserva Agrícola Nacional, não há um metro quadrado a menos na Reserva Ecológica Nacional, não há um metro quadrado a menos Reserva Ecológica Fundamental. -----

----- Como calculam, não é este o pensamento do Presidente da Câmara, porque o que estamos a fazer, neste momento, é cumprir a lei, é a adaptação. -----

----- O pensamento do Presidente da Câmara vai muito mais longe, e espero ser acompanhado nessa altura pelos Vereadores que pensam da mesma maneira que eu na defesa de um concelho desenvolvido, progressivo, justo e inclusivo, que procedamos à revisão do Plano Diretor Municipal e, na revisão do Plano Diretor Municipal então, aí sim, podem dizer que há, de facto, alterações e nessa revisão, eu irei propor a desafetação de uma área da Reserva Agrícola Nacional. -----

----- Aí sim, mas irei propor uma desafetação da Reserva Agrícola Nacional, exclusivamente, e repito, exclusivamente, para fazer habitação pública, porque este País, este Concelho, deixemo-nos de uma vez por todas de hipocrisias, o País é pobre. Temos pobreza neste País, temos pobreza que vive mal, temos pessoas, famílias que não têm casa. -----

----- Ainda hoje de manhã estava a discutir com a Vereadora Carla Rocha, que tem o pelouro da habitação agora, ao que é que devíamos dar prioridade, porque, em determinados momentos, as famílias têm casa, estão realojadas em casas da Câmara. Algumas famílias crescem, outras diminuem, há famílias que eram quatro ou cinco pessoas e, de repente, são dez numa casa de três assoalhadas. -----

----- Qual é a ponderação que é feita? -----

----- Quem deve ter prioridade para atribuição de casa? -----

----- Quem está na rua, uma pessoa que está na rua, ou uma família que tem doze pessoas

a viver num T Dois e que vivem como se estivessem na rua? -----

-----Qual é o critério? -----

-----Como é que isto se vai ponderar? -----

-----Hoje, como calculam, temos gente despejada, temos maus tratos, temos situações tremendas, portanto, nós precisamos de mais casas públicas. -----

-----A mim, já me chamaram muitos nomes, podem continuar a chamar, populista é que eu não sou. Popular adoro. Adoro ser popular, mas populista não sou, porque o populista é aquilo que, há pouco, disse o Senhor Vice-Presidente, populista é aquele que se encontra sempre nos outros o culpado de qualquer coisa. Uma coisa corre mal, está ali o culpado, mas ninguém resolve. -----

-----Nós aqui não, nós entendemos que há famílias com dificuldades, fazemos habitação pública. Oeiras e Lisboa têm a maior taxa de habitação pública em Portugal, aliás, Oeiras, Lisboa e o Porto, vamos ser justos, e assinámos há dias mais dezenove milhões de euros para habitação pública e vamos assinar, até lá para julho, mais oitenta milhões. E o IHRU, em terrenos negociados pela Câmara Municipal, vai fazer o correspondente a mais setecentos milhões de euros em Linda-a-Velha, mais seiscentas e cinquenta casas de habitação pública e não temos terrenos para fazer a habitação pública que é necessária. -----

-----Esta adaptação não nos permite fazer isso, embora nos termos do PDM e nos planos que ali são elaborados, haja uma contrapartida ao nível dos planos que são elaborados ao nível desses terrenos urbanizáveis que passam a urbanos, mas não é suficiente, no global de tudo isto a Câmara poderá receber terreno para mil e quinhentas ou mil e oitocentas casas. -----

-----Nós precisamos de terreno urbanizado, urbano, e só podemos ir buscá-lo à Reserva Agrícola Nacional e, como as pessoas leem as atas, é importante que se saiba da importância desta matéria e é por isso que os ativistas das alterações climáticas com frequência acham que, quem como eu fala desta maneira, que é um negacionista das alterações climáticas. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Ora bem, eu não sou negacionista, se calhar, até sou um fundamentalista das alterações climáticas, porque na realidade de todos os que falam de alterações climáticas, ninguém trabalhou tanto como eu para adaptar o País às alterações climáticas. -----

----- Venha o primeiro que fala em alterações climáticas que possa dizer o que já fez por este País e, nomeadamente, neste Concelho, contra as alterações climáticas, de adaptação às alterações climáticas. Não há ninguém, tenham paciência, eu tenho a medalha de ouro, nessa matéria não sou modesto. -----

----- É fundamental criar um ecossistema favorável, do ponto de vista ambiental, da natureza, à fauna e à flora, à captura do CO Dois, tudo isso, todos esses palavrões que as pessoas utilizam, mas há uma coisa fundamental: o ser humano também precisa de viver. O homem e a mulher já viveram em grutas, a humanidade já viveu em grutas em tempos, hoje não vivem em grutas, hoje vivem em casas e eu pergunto: quem é que não fica sobressaltado e ofendido com aquelas imagens que se viram da margem Sul e da margem Norte, no dia catorze de junho de dois mil e vinte e dois? -----

----- Milhares de pessoas a viverem numa promiscuidade total, num ambiente miserável, no meio do pó, no meio da lama, com crianças a brincar na lama. Eu pergunto, onde é que está a atitude cívica das pessoas? -----

----- Onde é que está, então, a tal cidadania que todos defendem? -----

----- Hipócritas! Hipócritas! -----

----- Portanto, este País não vai a lado nenhum assim. Convivemos com a miséria oculta, com a miséria oculta todos convivem bem, quando ela está à vista as pessoas sentem-se um bocadinho mais incomodadas. -----

----- Eu não me conformo com isto e por isso é que eu digo, a habitação é a maior prioridade para o ser humano. Nenhum País é desenvolvido se as pessoas viverem na rua ou em bairros de barracas. -----

-----Não é uma coisa estranha que em Oeiras, um T Dois ou um T Três custar trezentos e cinquenta mil, quatrocentos mil, quinhentos mil euros, quando a Câmara pode fazê-los por cento quarenta mil euros? A Câmara, pode construir casas e disponibilizá-las por cento e quarenta mil euros. Não acham estranho que só haja casas a trezentos, trezentos e cinquenta mil? Por uma razão muito simples, porque quando a lei foi alterada e acabaram com o solo urbanizável, aquilo que diziam era para combater a especulação imobiliária da altura em dois mil e oito, e porque havia casas a mais e as casas tinham baixado, na altura, tinham baixado muito.-----

-----A verdade é que em dois mil e dezoito, dois mil e dezanove, eu cito isto à exaustão, eu sei que já sou chato, porque em todo o lado eu faço este discurso, mas, na verdade, entre dois mil e oito e dois mil e quinze o que se dizia era que as casas tinham baixado muito e que nunca mais iam atingir o preço de dois mil e oito, chegamos a dois mil e dezassete e as casas já valiam o dobro e agora valem o triplo. -----

-----O terreno em Oeiras era entre cento e cinquenta e trezentos euros o metro quadrado, hoje é quatrocentos a mil e duzentos euros o metro quadrado, é impensável! Quem é que gerou a especulação? -----

-----A lei. A lei gerou especulação imobiliária, obviamente, se não há terrenos, os que há, são caros. -----

-----Quem é que esfrega as mãos de contentes?-----

-----Os capitalistas. Quem são os donos dos terrenos urbanos, os pobres? -----

-----Quem são os donos dos terrenos são os ricos. Podem não ser todos ricos, pode haver um outro que teve a sorte de lhe sair um terreno, mas isso é uma coisa escassa.-----

-----Na maior parte dos casos, os donos dos terrenos são pessoas que, realmente vivem muito acima da média. O próprio legislador que acabou com os terrenos urbanizáveis é exatamente o mesmo que diz que as casas a custos controlados não podem custar mais de mil e quatrocentos no total, mas o legislador é de uma ignorância total, este é que é o problema e,

portanto, alguém tem que chamar a atenção.-----

----- Contudo, é bom que se saiba que se podem fazer em Oeiras, casas a cento e quarenta mil euros, no total, podemos disponibilizar casas, em média T Um a T Quatro, vejam bem, de T Um a T Quatro, cento e quarenta mil euros. Para isso, temos que ter terrenos da Reserva Agrícola Nacional. -----

----- Tudo isto que estou a dizer, não tem nada a ver com a questão que estamos aqui a discutir, o que eu estou aqui a dizer, tem a ver com um projeto de revisão que eu irei apresentar no momento próprio e aí, naturalmente, que os Senhores Vereadores se irão pronunciar se estão ou não de acordo que se avance para um projeto de revisão nessa matéria. -----

----- Mas devo dizer também, antes do projeto de revisão, vou apresentar uma proposta à Câmara para desencadear um processo de expropriação de Reserva Agrícola Nacional, é claro que o Governo pode aprovar ou não, mas, pelo menos, nós ficamos com a consciência tranquila.-

----- Nós estamos em condições de construir mil e quinhentas, duas mil ou três mil casas e arranjamos um terreno, mas só o arranjamos na Reserva Agrícola, portanto, iremos apresentar ao Governo um processo de expropriação de Reserva Agrícola Nacional, mas cada coisa no seu momento.-----

----- Vemos certas comunicações, certas reações na Assembleia Municipal, nas Assembleias de Freguesia, nas redes sociais, como se a Câmara com este ato já estivesse a rever o Plano Diretor Municipal. Na realidade, o que estamos a fazer é isto que o arquiteto Serpa muito bem explicou: cumprir a lei.-----

----- Mas já se viram notícias, a propósito da Pedreira das Perdigueiras, que íamos ocupar três hectares da Reserva Ecológica Nacional, as pessoas têm que saber aquilo que dizem. -----

----- Primeiro: a Câmara Municipal de Oeiras nunca construiu, não constrói, nem construirá na Reserva Ecológica nem na Reserva Agrícola.-----

----- Isto é incompatível com o que disse antes relativo à habitação?-----

-----Não é. É que nós faremos habitação depois de não ser Reserva Agrícola. -----

-----Nós cumprimos a lei, portanto, não passa de uma aleivosia quando alguém se atreve a dizer que a Câmara Municipal de Oeiras, ou o Presidente, ou quem quer que seja, que estão a construir em violação da lei, em Reserva Agrícola ou Reserva Ecológica. Para o fazer, temos que obter a autorização, a concordância das autoridades competentes.-----

-----Os processos devem ser discutidos, por exemplo, neste momento, a única coisa que poderia vir a suscitar aqui dúvidas era, a Câmara está a classificar terrenos que são urbanizáveis como urbanos, e uma pessoa qualquer, um Vereador, por exemplo, pretendia com seja classificado como rústico, pode, com certeza, mas, se a maioria entende que deve ser urbano e não rústico, é a democracia, é a vontade do eleitorado que se está a cumprir.-----

-----Segundo: eu gostava, ou preferia que fosse urbano em vez rústico, mas tem lá compromissos que já vêm de trás, eu acho que Câmara deve passar a rústico, mas a Câmara paga os quarenta ou cinquenta milhões de euros que tem a pagar de indemnização aos proprietários. Sim, muito bem, paga e onde é que vai buscar o dinheiro?-----

-----Já vimos cenas mirabolantes, já vimos propostas de cidadãos, atualmente com o seu ativismo político, a propor, há pouco tempo, que a Câmara inviabilizasse a construção do Parque dos Cisnes, em Miraflores, indemnizando com cerca de duzentos milhões de euros. Um plano que já vem dos anos sessenta, aprovado pelo Estado, não foi sequer a Câmara, aliás, a última aprovação julgo que é de oitenta e cinco, aprovada pelo Estado não pela Câmara, e agora a Câmara é que ia indemnizar.-----

-----É como o Porto Cruz, o Salazar não se atreveu a privatizar, a nacionalizar os terrenos da Lusalite. Era agora, a Câmara de Oeiras, qual Cavaleiro Andante, Dom Quixote, chega e diz que aí não vão fazer nada. Não, lá iam ser mais cem milhões de euros também, portanto, isto é muito bonito, mas quando as pessoas vêm com propostas dessa natureza, devem dizer logo a indemnização é esta e nós propomos que a Câmara Municipal deixe de fazer isto ou aquilo para

pagar esta indemnização.-----

----- Eu estou aqui com este repertório mais para a prevenção do futuro, para ficarem já a saber que haverá razão para cada um expressar as suas opiniões em relação à Reserva Agrícola, porque já sabem o que eu penso, de facto, eu considero muito mais importante resolver o problema das famílias que vivem na rua do que, porventura, ter uma área determinada de Reserva Agrícola que, no meio urbano temos que ser realistas, no meio urbano não nos vão faltar hortas urbanas, até porque estamos a fazer muita horta urbana, mas agricultura intensiva como às vezes as pessoas falam não é possível, é o mesmo que plantar batatas aqui e a Google ir para Barrancos, mas as coisas não são assim.-----

----- Eu ontem tive oportunidade de dar aqui uma informação à Câmara de uma visita que fizemos, não vou repetir, remete-se para a ata de ontem, mas é até difícil transcrever aquilo que é a vitalidade deste território em matéria de Ciência, Tecnologia e Inovação, com empresas neste Concelho que estão a antecipar o futuro, que participou nos projetos de maior dimensão, de maior significado tecnológico inovador a nível mundial, que vai desde o tratamento da beata para se fazerem tijolos até à colocação dos satélites, e isso tem a ver com o papel que este Município teve e tem e continua a fomentar a geração de riqueza, a criação de emprego e a distribuição justa daquilo que são os rendimentos deste território.-----

----- O Senhor Vereador Fernando Curto apresentou um conjunto de quatro questões. Em relação aos corredores verdes, acho que isso está devidamente identificado. -----

----- Quanto às questões colocadas pela CCDR, segundo o arquiteto Serpa referiu, eu só participei no final de uma reunião com a CCDR, mas julgo que a única divergência que havia com a CCDR era o facto de eles de alguma forma entenderem, ou sugerirem que os ditos espaços urbanizáveis, deviam passar a rústicos, porque não estavam os planos ainda concretizados, ou seja, não havia garantia de serem concretizados logo era importante que se fizessem contratos com os proprietários.” -----

-----Atalhou o **arquiteto Luís Serpa**:

-----“Exatamente, ou seja, se no caso das unidades de execução é óbvio que tem que haver contrato, faz parte da unidade de execução, por isso elas foram feitas com critérios de perequação, distribuição dos encargos, distribuição da mais valia que é gerada, definição do que é espaço público futuro, tudo está definido para que pudesse haver um contrato.

-----No caso dos planos, os planos estão em curso, portanto, não está fechada a forma final do desenho urbano que vai permitir então toda essa definição que permite um verdadeiro um contrato urbano.” -----

-----De novo no uso da palavra, esclareceu o **Senhor Presidente**:

-----“Não são problemas de legalidade, são problemas de operacionalização, naturalmente que isso iria contrariar completamente todas as normas de planeamento, a Câmara ficaria completamente atada de pés e mãos, vinha alguém para fazer um investimento e dizia-se para vir daqui a dez anos, claro que ninguém faz isso.

-----Quando estão previstas as assinaturas dos contratos?”-----

-----Respondeu a **arquiteta Vera Freire**:

-----“As assinaturas dos contratos relativos a estes programas estratégicos já estão em curso, depois da aprovação das minutas dos contratos que vieram à última reunião de Câmara.”--

-----Interrompeu o **Senhor Presidente**:

-----“Até porque é a garantia que a CCDR exige, porque há realmente a intenção de ser desenvolvido.

----- A questão dos acessos à CREL no Casal do Penedo, não sei se o Planeamento pode dizer alguma coisa sobre isso, mas julgo que há aqui uma divergência entre a Câmara e a CREL.”

-----Intervieio a Senhora **Vereadora Joana Baptista**:

-----“Não será Casal do Penedo, mas sim Casal do Lameiro que é a inserção que estamos a prever na CREL.”-----

----- Prossegui o **Senhor Presidente**: -----

----- “Mas é uma inserção no sentido Sul-Norte, porque no sentido Norte-Sul eles não autorizam por causa da portagem. -----

----- Posto isto eu queria também deixar aqui uma referência muito encomiástica para a equipa, porque, independentemente de se tratar de uma mera adaptação decorrente da lei dá muito trabalho, porque é preciso fazer o levantamento de todo o território, penso que nenhum de nós tem bem a noção da dificuldade e do trabalho que efetivamente é necessário fazer para chegar a estas conclusões, explicações e apresentar o resultado final. -----

----- É preciso conhecer bem, é preciso estudar, não sei se conseguiremos que os atuais dirigentes passem a sabedoria que têm, às vezes há esse problema, mas que com todas as dificuldades, porque onde há pessoas há sempre dificuldades, a verdade é que temos uma equipa de Planeamento extraordinária e eu não posso deixar de felicitar e de reconhecer o trabalho do arquiteto Luís Serpa, do arquiteto Baptista Fernandes, da arquiteta Vera Freire e de toda a equipa, de todos os técnicos que têm colaborado neste processo. -----

----- Se, porventura, houve maior facilidade nesta adaptação decorrente da lei, também é verdade que o conhecimento que têm do território que vinha de trás ajuda e ajudará muito mais quando iniciarmos um processo de revisão do Plano Diretor Municipal, porque diz-nos a experiência e, curiosamente, dizem-nos “experts” políticos e técnicos perante os resultados com que se confrontam. -----

----- Na realidade Oeiras, em matéria de planeamento, esteve sempre à frente de todos os outros, mesmo à frente do Estado, esta é que é a realidade, porque se olharmos para os Planos Regionais de Ordenamento do Território, vemos a qualidade que têm, claro que não precisam de ter a densidade que tem um Plano Diretor Municipal, mas é indiscutível que nessa matéria a Administração Central até se pode inspirar muito naquilo que nós fazemos. -----

----- Por isso, quero dar-vos aqui os meus parabéns e muito vos deve o povo de Oeiras,

porque não têm a noção, as pessoas conhecem o Presidente da Câmara e toda a gente anónima para o exterior de grande qualidade que trabalha todos os dias para que os oeirenses tenham uma vida melhor e vocês fazem parte dessa equipa, de maneira que, eu quero felicitá-los e expressar-lhes o meu reconhecimento, medalhas já as têm todas, mas a arquiteta Vera Freire não sei se tem, a Vera é uma neófita.”-----

-----Alertou a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“Eu creio que talvez se tenha esquecido, eu coloquei uma questão relativamente ao calendário subsequente, após a aprovação na Assembleia Municipal de Oeiras até à publicação em Diário da República.”-----

-----Respondeu a **arquiteta Vera Freire**:-----

-----“A seguir à aprovação desta proposta de alteração do Plano Diretor Municipal de Oeiras na Assembleia Municipal, vamos elaborar os documentos finais na versão necessária para depósito na plataforma SSAIGT, é dessa plataforma que sai o pedido de publicação no Diário da República e depósito final na Direção Geral do Território, acho que é esse o procedimento seguinte.”-----

-----Interveio o **Senhor Presidente**:-----

-----“Eu presumo que os outros vereadores não dizem nada porque estão de acordo.”-----
-----Fiz aqui uma intervenção sobre questões que não têm a ver com isto, mas terão no futuro, porque, às vezes há situações que parecem de pouca importância, mas que depois vem a ter no futuro.”-----

-----Argumentou o **Senhor Vereador Nuno Neto**:-----

-----“Em primeiro lugar, eu acho que não faz sentido falarmos para repetirmos aquilo que já foi dito, portanto, depois das primeira e segunda intervenções pouco mais haveria a dizer, que não nos associarmos aos cumprimentos e felicitações à equipa técnica.”-----

----- Muito mais importante que a discussão de hoje, foi aquilo que o Senhor Presidente a

seguir adiantou quanto à questão futura, e essa, naturalmente, é muito mais interessante discutir até porque tudo o que anunciou é aquilo que nós discutimos muitas vezes e com o qual eu concordo em absoluto e considero que é o único caminho a seguir para que o futuro mantenha toda a pujança que o passado nos habituou e, portanto, Senhor Presidente eu, sem querer ser fastidioso para não estar a repetir tudo o que já tinha sido dito, estou-me a guardar para a discussão futura que entendo muito mais interessante.”-----

----- Prosseguiu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Sim, é aí que vem ao de cima, ou deve vir, a criatividade de cada um, porque aqui não estamos a construir nada, estamos a fazer uma adaptação à lei.-----

----- Agora, eu quero ver as ideias que há para a revisão do PDM, porque aí sim, cada um pode fazer fervilhar a sua cabeça, e que venham ao de cima as ideias boas para o Concelho.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Fernando Curto, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, propor à Assembleia Municipal, a aprovação da “Alteração do Plano Diretor Municipal de Oeiras para adequação ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”, sendo este publicado no Diário da República no prazo máximo de sessenta dias.-----

----- Nos termos dos artigos nonagésimo, número um e nonagésimo segundo, números um e dois, alínea a), do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Para já, dar nota que tivemos aqui a sorte de ter usado da paciência dos Serviços, que nos aturaram durante uma tarde a fazer perguntas que evitamos fazer aqui, porque muitas delas já foram respondidas. -----

----- Fizemos esta declaração de voto apenas para dar aqui algumas notas.” -----

-----“Temos plena consciência de que esta alteração apenas incide nas áreas que se encontravam identificadas como Solo Urbanizável, denominação que deixou de existir sendo necessária a adequação dos solos a “Solo Urbano” ou “Solo Rústico”. -----

-----Com base nessa informação e no facto do Senhor Presidente ter já assumido o compromisso de que “esta não é a revisão do PDM e que pretende iniciar uma séria revisão do PDM para dois mil e vinte e quatro/dois mil e vinte e cinco”, o PSD pretende deixar algumas notas relativamente a este documento, que tivemos a oportunidade de abordar em reunião com os serviços do Município, aos quais agradecemos a disponibilidade para nos receber e responder a todas as nossas questões. -----

-----No que concerne com as fichas de zona número quatro, cinco, doze, nove e dez, apesar de estar previsto no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, importa frisar a necessidade de salvaguarda das linhas de água dada a sua relevância para a resiliência dos solos, a estrutura ecológica e a mobilidade suave (que vem ao encontro das políticas até já implementadas pelo Município nomeadamente os Eixos verdes e azuis). -----

-----No caso do vinte e dois ocidental, tendo em conta a envolvente desta zona consideramos que deve no seu Plano de Pormenor prever zonas solo urbano verde.-----

-----No que concerne às fichas três-catorze, apesar de existirem operações de loteamento em curso, consideramos importante unificar as áreas verdes urbanas previstas numa única de maior dimensão em que seja possível ligar ao Parque Urbano da Terrugem.-----

-----Relativamente às fichas dois-vinte e oito, através da explicação dos serviços compreendemos que existe a possibilidade de delinear o parque urbano de forma a prever línguas de espaço verde urbano que conectem até a Rua João Chagas e através da ficha dois para estabelecer um eixo da estrutura ecológica e de mobilidade suave entre o Jamor, as zonas vinte e oito e dois, o Parque Urbano Quinta de Santo António, Parque Urbano de Miraflores e eventualmente Monsanto. -----

----- O PSD já congratulou o Executivo por ter passado a Serra de Carnaxide de solo urbanizável para solo rústico e à luz dessa alteração, apesar de estarem previstas no PDM de dois mil e quinze julgamos que devem ser revistas, quando da revisão do PDM, as vias a serem desenvolvidas, uma vez que poderão não se adaptar aquilo que se deseja para a Serra de Carnaxide, assim como preparação de um plano de pormenor para esta zona. -----

----- Nestes termos, voltando a frisar que compreendemos que esta não é uma revisão do PDM ou uma alteração deste, no seu real sentido, mas apenas uma adequação ao regime jurídico em vigor, tendo em conta que o PSD votou favoravelmente ao PDM de dois mil e quinze, ainda em vigor, e desejando que possamos iniciar muito em breve uma revisão, séria e audaz do PDM, votamos a favor.” -----

----- IV - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Senhor Presidente procurou nos últimos meses desvalorizar esta alteração do Plano Diretor Municipal - PDM, como se fosse algo sem importância para a vida dos municípios e voltou a fazê-lo hoje nesta reunião, ora qualquer alteração do PDM tem implicações no território, no seu uso, na sua ocupação e por isso, na vida de quem trabalha e vive aqui em Oeiras. -----

----- Para si e essa é a sua marca política neste PDM só havia uma opção, transformar todos os solos urbanizáveis do PDM de dois mil e quinze para urbanos, como um mero processo administrativo, aliás, volto a frisar, não promoveu nenhum debate, nenhuma sessão de esclarecimento sobre o modelo de desenvolvimento e planeamento territorial do Concelho, explicando, porque o Senhor Presidente disse há pouco que estes temas nem sempre são acessíveis a toda a gente, e por isso mesmo a importância das tais sessões de esclarecimento. -----

----- O PDM é à imagem e semelhança do seu ideal território, um contínuo urbano com os jardins e uns parques relvados pelo meio, não é certamente aquilo que eu Vereadora eleita pela Coligação Evoluir Oeiras e o grupo político Evoluir Oeiras defendemos, por isso mesmo

votamos contra esta alteração do PDM, que consideramos negativa para o desenvolvimento equilibrado harmonioso do Município, por contradizer as diretrivas e as diretrizes que indicam que é preciso evitar a criação de novas frentes urbanas e também por contrariar o que a ciência nos indica, que é preciso fazer perante a crise global do ambiente, desde logo adaptar o território para aumentar a sua resiliência e proteger as pessoas face às consequências negativas das alterações climáticas.-----

-----Esta alteração do PDM para a adequação ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial da forma como está aqui proposta, é, quanto a nós, uma oportunidade perdida, um atraso para Oeiras, continua a trabalhar pelos mínimos legais, já aqui vimos também quanto à participação, em contraciclo com o que as cidades portuguesas, porque as há mais avançadas e europeias em geral mais avançadas, estão a fazer e não seguindo as melhores práticas e não preparando o Concelho para o futuro.-----

-----Não me vou alongar nesta intervenção e enviarei por escrito uma declaração de voto mais pormenorizada. -----

-----Quero chamar a atenção para algumas falhas que consideramos graves e, desde logo é fazer a adaptação ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial sem ter em linha de conta os elementos disponíveis na Autarquia para a elaboração do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. -----

-----Tal facto, é crítico já que o mesmo estudo que foi financiado, foi pago pela Autarquia, por todos os municípios, identifica e espacializa inúmeras situações que interferem na alteração do PDM. -----

-----A ideia parece mesmo não trazer verdadeiras dimensões territoriais para o processo. -

-----Esta ausência dispensa muitos comentários sobre a profundidade da avaliação ambiental estratégica que, no fundo, é um documento, quanto a nós, feito à medida deste plano, destaca-se neste documento seguindo o eixo estratégico, assegurar a coerência das redes e

serviços no território maioritariamente urbano de grande importância na Área Metropolitana de Lisboa pela sua excelência, quer do ponto de vista económica, quer residencial, quer ambiental. -

----- As oportunidades a que se refere à avaliação ambiental estratégica, não posso deixar de classificar como espantoso, abusivo dizer-se que a classificação em solo urbano, é que vai promover o aparecimento de corredores verdes. -----

----- É importante também dizermos que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - CCDR, mantém dúvidas, mantém reservas e posição desfavorável em pelo menos os seis dos oito locais em discussão.-----

----- Essas seis áreas, zona ocidental de Porto Salvo, Vila Fria - Porto Salvo, programa estratégico da zona empresarial Norte de Paço de Arcos, zona Norte de Paço de Arcos, Norte de Caxias e empresarial de Porto Salvo, na realidade a CCDR considera que deveriam passar a rústico. -----

----- É interessante e parece-me paradigmático o caso da Serra de Carnaxide, porque num caso foi considerado que o terreno que era realmente urbanizável passou a rústico, aí foi possível, infelizmente, quanto a nós e a própria CCDR também alertou para isso, devido à total disposição que foi colocada depois de fazer uma categoria de equipamentos, portanto, está em rústico, mas afinal acaba por ser urbano, porque também lá se pode construir.-----

----- Esta opção é quanto a nós errada, defendemos a classificação como solo rústico e acho que é muito importante o que a CCDR diz, que deveria ser rústico na classificação natural e paisagístico.-----

----- Para nós é claro que este não é o modelo que defendemos e somos coerentes com aquilo que defendemos também aqui na votação desta proposta.” -----

----- “Passo a detalhar as nossas discordâncias quanto à classificação do uso do solo proposta:-----

----- Zero três Sete Chaves, Caxias:-----

-----Consideramos ser incompatível com solo urbano. Há várias incompatibilidades com a Estrutura Ecológica Fundamental (EEF), com regime hídrico (vide ficha zero três: “Existem condicionamentos fundamentais de domínio hídrico, na área maior”) e com a continuidade ecológica, identificadas na própria análise técnica. Configura um sistema de vistas relevante e uma área vital da Estrutura Ecológica Metropolitana. Colmata o corredor verde do vale da Terrugem que faz a ligação à frente ribeirinha. Ao contrário do que é referido na análise técnica: “Corresponde a uma área com excelente localização ao nível de acessibilidades à qual chegam todas as infraestruturas”, é muito fraca cobertura por transportes públicos, fomentando o uso do automóvel e o congestionamento. Em suma, é a criação de uma nova frente urbana, contrariando as boas práticas em matéria de ordenamento do território. Conclusão: deve passar a solo rústico.

-----Zero quatro Alto da Boa Viagem, Caxias: -----

-----Esta área apresenta inúmeras incompatibilidades com a Estrutura Ecológica, não devendo ser aplicável a categoria de solo urbano. “Fundamental: Existem condicionamentos de estrutura ecológica fundamental, nomeadamente domínio público hídrico, REN e áreas vitais. Áreas Vitais: A área contém pontualmente áreas vitais de pequenas dimensões e descontínuas. Complementar: A área é toda referenciada como “área de acesso ao sistema de vistas”, assinalando-se um ponto de vista panorâmico e o atravessamento por corredores verdes de ligação, bem como a ligação ao corredor verde ribeirinho.” -----

-----São conhecidos e visíveis no local enormes mananciais de água que devem ser vistos de uma perspetiva estratégica. Trata-se de uma área sem vocação para a edificação, pela inexistência de cobertura por transporte público. É falsa a afirmação de que a área seja bem servida por transportes públicos: “Transportes públicos: a área bem servida relativamente ao acesso a transportes públicos, situando-se entre as estações de comboio de Cruz Quebrada e Caxias e com várias paragens de autocarro nas imediações, em particular as carreiras número cento e dois, cento e dezassete da Lisboa Transportes e carreira número seis da Vimeca”, para

mais sendo fisicamente impossível aceder a qualquer das estações de comboio referenciadas sem ser de viatura. A própria urbanização prevê resolver os seus próprios problemas de mobilidade à custa da destruição de parte da Mata Classificada do Jamor, com um nó rodoviário intrusivo.-----

----- Admite-se passagem para a classe rústica com áreas diferenciadas de proteção e outras de uso turístico, permitindo construção pontual nas encostas Poente. A área deve passar para reserva de solos para a expansão da Mata do Jamor. Conclusão: deve passar a solo rústico, podendo nas encostas poente admitir-se um uso turístico com edificação pontual. -----

----- Zero cinco Penas Alvas, Porto Salvo: -----

----- Incompatibilidades várias com a Estrutura Ecológica. Fomenta uma nova frente urbana uma área mal servida por transportes públicos, gerando pressão sobre a rede rodoviária. “Transportes públicos: A área encontra-se servida por autocarros, em particular pela carreira número cento e vinte e dois e cento e vinte e nove da Lisboa Transportes.” Colmata um corredor verde de importância municipal. Conclusão: deve passar a solo rústico. -----

----- Zero sete PU Parque de Ciência Tecnologia - Sub-UOPG quatro ponto três, Barcarena: -----

----- Fomenta uma nova frente urbana uma área mal servida por transportes públicos, gerando pressão sobre a rede rodoviária. É falsa a afirmação de que esteja próxima da estação de comboios, tal não é possível sem aceder por viatura. “ii. Transportes: A área é abrangida pelas áreas de influência dos transportes públicos, particularmente o autocarro, com as carreiras número quinze, vinte e dois e vinte e três, da Vimeca e número cento e quarenta, da Lisboa Transportes, e próxima da estação de comboios de Massamá - Barcarena”. Colmata um corredor verde de importância municipal. Conclusão: deve passar a solo rústico. -----

----- Zero nove Quinta da Rainha, Queluz de Baixo:-----

----- A criação desta frente urbana condiciona o desenvolvimento do Eixo Verde e Azul. Tal facto é claro pela leitura do documento na ficha zero nove: “Fundamental: Existem

condicionamentos de estrutura ecológica fundamental, nomeadamente de domínio público hídrico e áreas vitais.” Apresenta ainda inúmeras condicionantes à edificação facilmente comprováveis: “Reserva Ecológica Nacional (REN): Sim. Outras: A área apresenta zonas de servidão do Domínio Público Hídrico, de abastecimento de água, de rede rodoviária nacional, servidão radioelétrica e aeronáutica. Insere-se em zona especial de proteção de monumento nacional.” É de interesse municipal estratégico que não seja edificado este espaço. Conclusão: deve passar a solo rústico. -----

-----Onze Lage, Porto Salvo:-----

-----Trata-se da criação de uma nova frente urbana com inúmeros problemas ao nível de incompatibilidade com a Estrutura Ecológica Metropolitana, violando o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), conforme verificável pela análise da documentação. “Fundamental: A maioria da área tem condicionamentos associados à EEF por via da presença de áreas vitais. Áreas Vitais: A maior parte da área é considerada área vital. Complementar: Sem condicionamentos.” Tem ainda outras servidões que desaconselham a passagem a solo urbano: “A área encontra-se coberta por zona de servidão aeronáutica, por zona de servidão de rede rodoviária nacional, e por zona especial de proteção provisória de imóvel em vias de classificação.” Quanto à mobilidade, é relevante que se prevê que a rede local no Bairro da Laje seja a forma de circulação. Quanto ao transporte público, não é possível sequer conceber uma área urbana com este panorama:-----

-----“i. Acessos Rodoviários: A área encontra-se limitada a sul pela A Cinco e é servida pela rede rodoviária local do Bairro da Lage que permite depois o acesso ao parque empresarial Lagoas Park, Porto Salvo, Oeiras e Concelho de Cascais. ii. Transportes públicos: A área encontra-se servida pela carreira número cento e cinquenta e oito da empresa transportadora Lisboa Transportes e pela carreira número quatrocentos e setenta da Scotturb (já em Cascais).” Conclusão: deve passar a solo rústico.-----

----- Doze Zona Ocidental de Porto Salvo: -----

----- Trata-se de uma operação com inúmeras condicionantes e atropelos à Estrutura Ecológica Metropolitana, cortando áreas vitais metropolitanas: “Fundamental: A maioria da área tem condicionamentos associados à Estrutura Ecológica Fundamental (EEF) por via da presença de áreas vitais e Reserva Ecológica Nacional (REN). Áreas Vitais: A maior parte da área é considerada área vital. Complementar: A área é atravessada por corredor verde de ligação. Conclusão: deve passar a solo rústico. -----

----- Catorze Alto das Lebres, Caxias: -----

----- Trata-se de uma frente urbana desnecessária, violando o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) no sentido da incompatibilidade com as “áreas vitais”, para além de parte em REN, problemas no domínio hídrico e colmatando corredores de ligação importantes, designadamente com o Vale da Terrugem. -----

----- Estrutura Ecológica “Fundamental: Totalmente integrada por via da presença de área vital, parte em REN e domínio hídrico. Áreas Vitais: Totalmente abrangida por área vital. Complementar: Área com acesso a sistema de vistas, com ponto de vista panorâmico e atravessada por corredores verdes de ligação.” -----

----- Para além do mais, a área não é servida por transportes públicos (“Transportes públicos: A área encontra-se servida pela carreira cento e cinquenta e oito da Lisboa Transportes”), servindo apenas para gerar pressão por mais rodovias, designadamente a VLS. Conclusão: deve passar a solo rústico. -----

----- Dezanove Programa Estratégico Empresarial de Paço de Arcos: -----

----- O conjunto de incompatibilidades com condicionantes de base ecológica, algumas de base regional definidas pelo PROT, é relevante para que esta área não seja classificada como solo urbano ou, sendo-o, inserindo-se na categoria de “Espaço Verde”, sendo admissível alguma edificação de remate urbano a norte e noroeste. -----

-----Refere a proposta de revisão sobre a Estrutura Ecológica “Fundamental: Quase na totalmente abrangida pela EEF (“Áreas Vitais” e DPH). Áreas Vitais: Sujeita aos condicionamentos aplicáveis às “Áreas Vitais”. Complementar: Área de acesso a sistema de vistas. Ponto com vista panorâmica na zona sul e área atravessada por corredores verdes de ligação. (...) zona de servidão radioelétrica da estação de receção costeira Radio CFR Sul e é atravessada no sentido E-O por linhas de água a céu aberto.”-----

-----Na prática, este espaço deverá constituir-se como o prolongamento natural para nascente do Parque Urbano do Monte das Perdizes, ligando ao Vale da Terrugem. Conclusão: não deve passar a solo urbano, a não ser que na categoria de “Espaços Verdes” ou equivalente. Admite-se alguma edificação de remate urbano.-----

-----Vinte Programa Estratégico Norte de Paço de Arcos -----

-----Trata-se de um espaço de alta sensibilidade ecológica com especial relevância no sistema hidrológico. Para além do mais a proposta de revisão omite totalmente que o espaço abrange em grande parte a Quinta do Torneiro, espaço patrimonial construído e natural constituindo-se como um dos mais relevantes exemplos de património cultural a salvaguardar, de acordo com o Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras - PSPCACO aprovado pela Assembleia Municipal de Oeiras em dois mil e três.-----

-----A somar-se à importância da Quinta do Torneiro e das razões que levaram à existência desta unidade de produção agrícola (as riquezas biofísicas), é de relevar a dimensão dos aspetos ambientais em presença: “Fundamental: Em grande parte abrangida pela EEF por via da integração em “Áreas Vitais”, REN e Domínio Hídrico. Áreas Vitais: Área significativa sujeita aos condicionamentos das “Áreas Vitais”. Complementar: Área de acesso a sistema de vistas. Ponto com vista panorâmica e corredores verdes de ligação. Diversos pontos associados ao sistema hidrológico. (...) A oeste está condicionada por linhas de água a céu aberto e zona ameaçada pelas cheias.”-----

----- Todos os pressupostos que deram origem a pedidos de loteamento e à elaboração de planos de pormenor esbarram nas evidências da elevada sensibilidade ecológica e cultura, que tornam desadequada a edificação. Conclusão: deve passar a solo rústico. -----

----- Vinte e um Programa Estratégico Norte de Caxias -----

----- Trata-se da tentativa de abrir uma nova frente urbana em solos claramente sujeitos a salvaguarda ambiental. Refere a proposta de revisão o seguinte sobre a Estrutura Ecológica: -----

----- “Fundamental: Em grande parte abrangida REN e Domínio Hídrico. Áreas Vitais: Pontualmente a poente. Complementar: Em parte, área de acesso a sistema de vistas e atravessamento por corredores verdes de ligação. (...) Reserva Ecológica Nacional (REN): Sim, numa área significativa.” -----

----- A modelação de terreno que se verifica há meses neste terreno em áreas REN deve ser alvo de denúncia pública. Pretende-se desvalorizar a importância ecológica deste espaço de modo a tentar abrir uma frente urbana em espaço rústico. -----

----- A elaboração de um plano de pormenor nem sequer contempla o cumprimento das regras em vigor nos IGT's, pelo que o que é referido a propósito dos “Períodos de participação preventiva decorreram entre cinco e dezasseis de setembro de dois mil e dezanove, e vinte e cinco de novembro de dois mil e dezanove e sete de janeiro de dois mil e vinte”, não tiveram qualquer resultado prático, ou seja, nem sequer os relatórios de ponderação foram elaborados (foi em dois mil e dezanove e dois mil e vinte e estamos em dois mil e vinte e dois).-----

----- Toda a tentativa de justificação de classificação em solo urbano esbarra assim nas evidências de um solo que pertence à Estrutura Ecológica Municipal, em grande parte REN. Por este motivo qualquer classificação como solo urbano está enferma de legalidade. -----

----- O Município de Oeiras pretende alavancar este projeto especulativo em obras rodoviárias pesadas e dispendiosas, no caso a Via Longitudinal Sul - VLS, que promove a desagregação de tecidos edificados consolidados para poente, incluindo desrespeito pela

legislação do ruído, incluindo passagem a poucos metros de uma Unidade de Cuidados Continuados. Conclusão: deve passar a solo rústico.-----

-----Vinte e dois Programa Estratégico Empresarial de Porto Salvo -----

-----A tentativa de classificação deste espaço em solo urbano e a criação de uma frente urbana esbarra com os próprios critérios de classificação e com o espírito do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio, que privilegiam a contenção da edificação em torno dos perímetros urbanos existentes.-----

-----Trata-se de um espaço que viola as intenções do PROT e da sua Estrutura Ecológica Metropolitana.-----

-----“Fundamental: Na maior parte abrangida pela EEF por via da integração em “Áreas Vitais”, REN e Domínio Hídrico. Áreas Vitais: A quase totalidade sujeita aos condicionamentos das “Áreas Vitais”. Complementar: Em parte, área de acesso a sistema de vistas, eixo do corredor verde de ligação à zona ribeirinha e atravessamento por corredores verdes de ligação. (...) Reserva Ecológica Nacional (REN): Sim”.-----

-----Apesar de já não estarem classificados como Reserva Agrícola Nacional, resultado de anteriores desclassificações parciais, tratam-se de solos de elevada qualidade e que devem no âmbito da Estrutura Ecológica Municipal ser salvaguardados como reserva estratégica de solos. -

-----A criação de mais áreas empresariais não tem sustentação atual face às dinâmicas de saída de empresas, abrindo espaço à reconversão de espaços existentes. Como tal, as afirmações de que “Esta área integra-se num eixo de vocação empresarial, assumindo uma localização privilegiada que permite estruturar as acessibilidades e o corredor verde de ligação à zona ribeirinha. Promove a consolidação da estratégia de desenvolvimento local e a coerência do sistema urbano e empresarial”, são subjetivas e enfermam de um discurso meramente político e sem sustentação territorial que não deve toldar as análises técnicas. Aliás, tal é reconhecido na síntese da própria proposta de revisão que tenta sobrepor interesses de edificação em solos sem



Câmara Municipal
de Oeiras

vocação para tal uso: “Apesar da área estar sujeita a fortes condicionamentos associados à REN, às Áreas Vitais e a outras servidões e restrições de utilidade pública, o PDM reconhece em simultâneo a sua importância estratégica para o desenvolvimento do concelho”. Conclusão: deve passar a solo rústico.

----- Vinte e três Valejas, Barcarena -----

----- Este espaço ultrapassa os limites da definição de um perímetro urbano, procurando forçar-se a classificação em solo urbano de solos claramente rústicos por via da dimensão das valências ambientais e ecológicas, como é facilmente consultável no PDM em vigor e na proposta de revisão em curso. Sobre a Estrutura Ecológica diz-se: “Fundamental: Abrangida quase na totalidade pela EEF por via da integração em “Áreas Vitais”. Áreas Vitais: A maior parte sujeita aos condicionamentos aplicáveis às “Áreas Vitais”. Complementar: Área com acesso a sistema de vistas.” -----

----- Todos os passos dados para forçar uma área urbana em espaço rústico que deve ser consagrado à manutenção do equilíbrio territorial numa perspetiva estratégica, esbarram na ausência de quaisquer regras de boas práticas de ordenamento territorial. -----

----- Todas as justificações apresentadas na síntese enfermam de argumentos frágeis que em nada abonam a favor da qualificação territorial, tentando ignorar a existência de valores ambientais: “A estrutura ecológica fundamental é condicionadora do tipo de intervenção, uso e ocupação, mas não impede a sua manutenção como solo urbano, tratando-se de uma área pouco condicionada por servidões administrativas e restrições de utilidade pública. Esta área pode assumir-se como um “remate” que deve ser mantido em solo urbano tendo em vista responder à procura gerada pelas atividades económicas e residenciais existentes e programadas (...). “Conclusão: deve passar a solo rústico ou, sendo urbano, terá de manter-se classificado como “espaços verdes”. -----

----- Vinte e quatro Alto dos Barronhos, Carnaxide -----

-----Não há dúvidas neste caso da adequação do uso do solo urbano. Contudo, face à pressão da elevada densidade que se verifica em toda a área contígua de Miraflores, este espaço deve ser salvaguardado como espaço urbano na classificação de “espaços verdes”, respondendo ao corredor verde que segue as margens da Ribeira da Outurela, de Miraflores à Serra de Carnaxide. É admissível alguma construção de remate urbano para poente. -----

-----A colmatação total dos solos nestas áreas tem efeitos contraproducentes para jusante da Ribeira de Algés. tais consequências são evidenciadas nos estudos mais recentes do PMAACO (que, de forma surpreendente, não foram usados na Avaliação Ambiental Estratégica desta Alteração do PDM) e no Plano Metropolitano de adaptação às alterações climáticas / Oeiras Plano municipal de identificação de riscos e de vulnerabilidades (Revisão), referido no ponto dois desta participação, e que a CMO entendeu prescindir em detrimento de estudos com mais de uma década. Conclusão: Sendo urbano, deve manter-se classificado como “espaços verdes”.-----

-----Vinte e cinco PU do Parque de Ciência e Tecnologia - UOPG Dois, Barcarena-----

-----Toda esta área resulta de um pedido de desclassificação de RAN ocorrido durante a elaboração do anterior PDM e cuja aceitação representa um erro técnico grave por parte das entidades de concertação. Não é admissível que solos desta qualidade, raros em Portugal, sejam desperdiçados para edificação, colocando em risco as gerações vindouras que pretendam usar solos para produção agrícola por via de contextos internacionais que a isso obriguem. -----

-----Tal situação é confirmada pela sobreposição plena com a Estrutura Ecológica Fundamental, cortando e colmatando corredores de ligação: “Fundamental: Abrangida em parte pela EEF por via da integração em REN e, de forma muito residual por Áreas Vitais. Áreas Vitais: em Áreas reduzidas Complementar: Área com acesso a sistema de vistas e atravessamento por corredores verdes de ligação.” -----

-----A criação deste tipo de novas frentes urbanas contradiz claramente o essencial do

espírito do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio. A criação desta frente urbana, para além da inviabilização de corredores de importância municipal e supramunicipal, introduz o tema da pressão sobre o sistema rodoviário, visto que o serviço de transportes públicos é baixo e não se prevê quaisquer evidências da existência de transportes pesados, dada a baixa densidade dos empreendimentos servidos neste eixo. São confusas as afirmações da própria proposta de revisão no que respeita à mobilidade e acessibilidade, uma vez que o conceito de acessibilidade referido pelo estudo prende-se com as “acessibilidades rodoviárias” que nada significam em matéria de boas práticas territoriais no que respeita à boa gestão da mobilidade. Assim, nesse sentido, o estudo afirma que “Apresenta uma excelente acessibilidade e é servida por todas as infraestruturas, apresentando-se como uma área estratégica para a implementação das acessibilidades municipais já programadas”. Tal configura a confissão de que apenas se pretende valorizar o transporte por viatura própria, agravando assim a rede viária e promovendo a necessidade de vastos pacotes de investimento em mais rodovias.

----- É tecnicamente falsa a afirmação da proposta de revisão de que o espaço “Encontra-se servida por transportes públicos e com acesso a equipamentos de utilização coletiva e funções urbanas.” Conclusão: deve passar a solo rústico.

----- Vinte e seis Serra de Carnaxide

----- A inevitabilidade de todos os vinte e oito espaços em apreço serem urbanos, por via de serem todos urbanizáveis à data do recente PDM de dois mil e quinze, esbarra em cheio na análise do espaço vinte e seis “Serra de Carnaxide” onde foi possível reverter para solo rústico.

----- Refere a proposta de revisão o seguinte: “Embora a zona esteja integrada num Plano de Urbanização, atendendo ao tempo decorrido e à importância que esta área assume na estabilização do modelo territorial justifica que seja delimitada uma sub-UOPG que permita estabelecer de forma rigorosa os usos e ocupação”. Esta afirmação permite questionar que, com os mesmos pressupostos, outras análises deveriam ser feitas para os restantes espaços a que estão

a ser atribuídas a classificação de solo “urbano”. -----

-----No caso presente, a Serra de Carnaxide tem um caráter e importância metropolitanos que requerem um trabalho de promoção da naturalização. Tal orientação esbarra com a categoria de espaço “Espaço destinado a Equipamentos, Infraestruturas e outras estruturas e ocupações.” dentro da classificação de “Solo Rústico”. Tal configura a manutenção de usos compatíveis com construção, sendo a mesma ajustada a equipamentos específicos numa visão redutora de “parque urbano” que não deve nem pode ser a orientação da Serra de Carnaxide.-----

-----Esta opção surge pelo facto de se pretender criar a ilusão da salvaguarda da Serra de Carnaxide pela classificação de solo rústico, embora mantendo os índices e programas preconizados no Plano de Urbanização em vigor para este mesmo espaço, resultado de estarem inseridos no espírito da classe “espaço urbanizável”. Deve assim a categoria ser ajustada a “Solo Rústico” na classificação “Natural e Paisagístico”.-----

-----Vinte e oito Estação Radionaval, Linda-a-Velha -----

-----Concordamos com a classificação de solo urbano. Contudo, trata-se de uma situação em que a categoria de solo urbano não deve permitir a edificação mais do que remates urbanos marginais. Tal torna-se evidente pelas implicações com o sistema natural, tendo como referência o contexto metropolitano: “Fundamental: A maior parte da área é abrangida pela EEF por via da integração em Áreas Vitais e em parte pela REN. Áreas Vitais: impõe condicionamentos na maior parte da área. Complementar: Está identificada apenas uma pequena área de produção de biomassa e o atravessamento por corredores verdes de ligação.”-----

-----**V - O Senhor Vereador Fernando Curto** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“A proposta de alteração de conformação do PDM para adequação ao novo RJIGT resulta da aprovação do PDM atualmente em vigor ter sido feita antes da entrada em vigor do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e incide nas áreas que se encontravam identificadas como Solo Urbanizável, denominação que deixa de existir sendo



Câmara Municipal
de Oeiras

necessária a adequação dos solos em “Solo Urbano” ou “Solo Rústico”. -----

----- Nesta adequação do PDM ao novo RJIGT salientamos a passagem da Serra de Carnaxide a “Solo Rústico”. A defesa da Serra de Carnaxide tem sido uma política do PS em Oeiras desde há muito e é entendimento do PS que a Serra de Carnaxide não se limita à área identificada nos documentos, mas sendo esta a área que presente nos PDM atualmente em vigor, e é sobre esta área que está em discussão na proposta, o PS acompanha a alteração da classificação da área para “Solo Rústico”.-----

----- Ainda referente ao espaço verde do concelho é de salientar que também as áreas previstas de Espaço Verde Urbano vão de encontro ao defendido por nós. -----

----- Multiplicação e valorização das bacias de retenção. A importância deve assumir o comprometimento para cumprir o Plano aprovado pela Câmara municipal no que concerne á recuperação das cinco ribeiras existentes no concelho (Algés, Jamor, Barcarena, Lage e Porto Salvo). Conforme se pode verificar pela análise dos documentos em anexo, esta alteração enquadra-se com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa e com os acordos firmados com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, no âmbito do programa Primeiro Direito. -----

----- O parecer favorável da APA e referindo também os protocolos assinados com o Governo para a habitação a custos controlados. -----

----- Realçamos também que se encontram salvaguardadas as diferentes servidões. -----

----- Para o Partido Socialista a mobilidade também está no centro das suas preocupações. O documento enuncia um conjunto de investimentos adiados, o que nos levanta preocupações, sendo necessário de uma maior aposta no transporte público, no transporte coletivo em sítio próprio bem como a adoção e aprofundamento de novas formas de mobilidade. -----

----- Não há na conformação do PDM nada que inviabilize as propostas apresentadas pelo Partido Socialista (PS), nos seus programas eleitorais ao longo dos anos. Mantendo-se o PS fiel a

todos os objetivos que proporcionem a mobilidade suave, o descongestionamento de tráfego nos aglomerados e a facilitação ao acesso ás vias estruturantes.-----

-----Perante o exposto o Partido Socialista vai votar favorável a conformação do PDM para Adequação ao novo RJIGT ficando o nosso voto final ao processo condicionado à verificação de todas as condições levantadas e a respetiva legalidade.” -----

-----Interveio o **Senhor Presidente**: -----

-----“Eu julgo que a Senhora Vereadora Carla Castelo já se apercebeu de como a democracia pode ser encarada, desde logo, reparou a tolerância que eu tenho com as suas intervenções, visto que não lhe controlo tempos, não sei se já reparou nisso, portanto, os ditos cinco minutos e a resposta dois ou três minutos, não sei porque está a dizer que não, não reconhece ao menos a tolerância do Presidente da Câmara quando eu lhe podia cortar a palavra?

-----Não sei se já perceberam todos que realmente o perigo que é o radicalismo da extrema esquerda, realmente a extrema esquerda radical, aquilo que realmente procurou fazer e atenção, isto não acontece só em Portugal, acontece um pouco por essa Europa fora, aquilo que querem fazer é reféns, as pessoas de bom senso, as pessoas que realmente querem justiça social, as pessoas que querem uma distribuição de riqueza adequada, eu por acaso ontem participei num evento e falava-se nisto.-----

-----Tentam com este discurso absolutamente hipócrita, estruturado à volta das alterações climáticas e até se atrevem a falar nos cientistas, os cientistas que dizem o que eles querem, os cientistas que dizem o contrário esses já não são cientistas, porque, por exemplo, a propósito das alterações climáticas, eu ainda ontem tive a oportunidade de citar uma viagem que fiz á Finlândia, não há muito tempo e na Finlândia, na Noruega, na Suécia, na Dinamarca estão a ser ocupados centenas de hectares de mar para ir construir, porque têm pouco espaço, o espaço que têm, tem neve, no caso da Noruega e da Suécia não é muito adaptado para a vida humana, portanto, eles têm de estar mais no Sul, por isso, ocupam centenas de hectares para construir,

adaptados às alterações climáticas claro, isto é, se se prevê que o mar suba meio metro, eles fazem a estrutura um metro e meio acima, isto é a adaptação às alterações climáticas. -----

----- Mas aqui não, em Portugal as coisas são vistas diferentes e então oiçam os cientistas, dizem eles, os cientistas que lhes convém. -----

----- O que importa é chamar a atenção, se o País fosse da onda, aliás, o objetivo dos radicais é condicionar, digamos quem governa e procurar e mostrar que os seus programas fazem sentido. -----

----- Vejam bem, nós somos aqui onze representantes, dez que estão mais ao menos na mesma onda, porque são democratas, da democracia liberal à socialista e depois temos uma vereadora que é a Vereadora Carla Castelo representativa da extrema esquerda, o que é que acontece? -----

----- Ela fala mais do que todos nós, portanto, ela tem argumentário para tudo, mas tudo centrado à volta das alterações climáticas. -----

----- Alguma vez a ouviram falar nos pobres? -----

----- Alguma vez a ouviram falar na necessidade de fazer habitação? -----

----- Estes grupos radicais tentam condicionar as pessoas de bom senso e como, com frequência, os moderados, estão ao centro, por natureza são cobardes e encolhem-se e então deixam-se condicionar, não é o caso deste Concelho, a Senhora Vereadora esteve a fazer um discurso relativamente ao Concelho mais envolvido deste País, às vezes esquece-se disso, esteve a fazer um discurso relativamente ao modelo de desenvolvimento deste Concelho que é só o mais desenvolvido do País. -----

----- Se tiver outro, que eventualmente tenha os indicadores que nós temos, tudo bem. -----

----- Mas o Bloco de Esquerda que tem uma Vereadora nesta Câmara, democraticamente representa um número determinado de eleitorado, mas o quê? -----

----- Queria impor à maioria, é esse o conceito de democracia que têm? -----

-----Naturalmente que é fundamental que a minoria, neste caso que é o Bloco de Esquerda, expresse a sua vontade, expresse as suas opiniões e naquilo que a maioria considerar, uma coisa é ser ouvida, ter direito a ser ouvido, é democrático, até direito a insultar, manipular, a difamar até esse direito têm em democracia pelos vistos. -----

-----Agora não têm que pensar que se vai fazer aquilo que eles querem, porque para isso não tínhamos sido eleitos e o povo fez a sua escolha, eu sei que custa, mas a verdade é que o modelo de desenvolvimento que está a ser levado a cabo em Oeiras, há muito tempo que é sufragado pelo eleitorado, de maneira que, é bom que as pessoas percebam o que é que seria deste Concelho se fosse a extrema esquerda a governar o Concelho porque nunca falam nas pessoas.-----

-----Eu acho estranho que um Vereador desta Câmara, seja qual for, de que partido for, não conheçam a história do Concelho, eu costumo dizer, quem vive no Concelho à menos de quinze, vinte anos realmente não tem noção, claro que falam de barriga cheia, porque quem vem para aqui nos últimos quinze, vinte anos, conhece a qualidade de vida do Concelho, os jardins, por isso, sente-se cá bem, tão bem que egoisticamente não querem que outros venham, falam em densidade populacional, densidade populacional tem Nova Iorque, mas como se densidade populacional fosse mau.-----

-----Portanto, julgo que Oeiras é o quinto Concelho com mais densidade populacional.---

-----Aí também são os cientistas que dizem com certeza que a densidade populacional é má, ora bem, não é.-----

----- A densidade populacional pode ser muito boa se as infraestruturas funcionarem, nunca ouvi ninguém dizer mal da densidade populacional de Nova Iorque, outra coisa é a cidade do México que tem uma densidade populacional brutal, mas são densidades populacionais diferentes.-----

-----Portanto, obviamente que temos modelos de desenvolvimento diferentes, o povo

apostou neste modelo de desenvolvimento e não deixa de ser estranho que tendo nós uma determinada história ao nível da habitação, não é por acaso que assinámos há dias os primeiros acordos de habitação neste País, Faro, Oeiras e o Porto, penso que são quarto ou cinco Municípios que até agora assinaram contratos para construção de habitação, não é por acaso, são os Municípios experientes nessa matéria, provavelmente também os mais sensíveis para o problema da habitação, nós queremos continuar a construir habitação.-----

----- Penso que toda a gente já se apercebeu que os preços das casas de venda e arrendamento são absolutamente incomportáveis para a maioria dos portugueses, portanto, nós temos que continuar a oferecer habitação pública e quando falamos em oferecer habitação pública, não nos limitamos a dizer que queremos mais habitação pública, nós damos a solução, coisa que o País, o próprio Governo ainda não encontrou.-----

----- Nós dizemos, é possível fazer casas a este preço nestas condições, porquê? -----

----- Porque temos essa preocupação e porque sabemos que se por um lado temos uma classe média alta, aliás, reparem, até já é crítica, vejam bem, naquele programa China Construction Company, e o que é que dizem? -----

----- Dizem que se vai construir habitação para a classe média alta, ou seja, já não era crime se fosse para os ricos, tipo Quinta da Marinha, só para a classe média alta é que é crime? --

----- Então, mas a classe média alta não tem direito? -----

----- Tem a classe média alta, tem a classe média centro, tem a classe média baixa e têm naturalmente as famílias mais desfavorecidas que essas têm que ter habitação pública, renda apoiada, porque mesmo a classe média precisa de renda acessível e depois aquela classe média que pode comprar, compra, tem que haver casas para esses. Imaginem se agora só fizéssemos casas para pobres eramos um Concelho desequilibrado. -----

----- O problema é que nós temos as melhores empresas do País no Concelho, temos a classe média mais forte do Concelho, temos os salários médios mais elevados, temos a maior

esperança se quiserem, do seu projeto de vida, as famílias sabem que a Câmara não está a dar ao ritmo a que eles gostariam, mas recebem casas e como sabem o que se passa na Área Metropolitana de Lisboa sabem quantas casas entregam nos outros Municípios aqui à volta, de maneira que, sabem muito bem qual a diferença entre um projeto radical do Bloco de Esquerda e um projeto do movimento como é o IN-OV Oeiras ou o Partido Socialista ou Partido Social Democrata, de maneira que, resumindo o povo de Oeiras está muito bem entregue, sabe o que quer.-----

-----Agora, às vezes, alguns a arrogância cega-os, o Bloco de Esquerda, estava aqui um Vereador eleito pelo Partido Comunista, o Partido Comunista perdeu, o Bloco de Esquerda elegeu e agora de repente acham que conquistaram o mundo. -----

-----Estou farto de dizer isto, falta de humildade extraordinária, porque oposição e esta evocação sistemática do direito à oposição é não ter a noção do que é a oposição e o que é a política. A oposição é conseguir fazer coisas, oposição é levar a maioria que tem o poder a seguir um rumo um pouco diferente e a construir coisas, oposição é convencer as pessoas, pessoas como eu, de que não estou pelo melhor caminho, que podia fazer melhor, podiam fazer mais. Oposição é, ele quer fazer casas, vamos ajudá-lo a fazer casas, mas ele só está a fazer para os pobres, vamos incentivá-lo a que também faça para a classe média, vamos pressionar, os jardins, vamos pressionar, construtivamente, mas dizem que está tudo mal de tudo. -----

-----O Concelho mais avançado do País, ainda não vi do Bloco de Esquerda fazer uma referência positiva, isto não é oposição, qual oposição, andam a brincar às oposições, a democracia não é isso, o direito de oposição traduz-se em informações que a lei diz como é, etc., uma Vereadora a evocar aqui o direito de oposição, o direito de oposição invoca o partido, o partido político é que invoca o direito de oposição. -----

-----Senhora Vereadora Carla Castelo é uma mulher inteligente, é uma mulher que escreve bem, fala bem, mas desperdiça de tal forma com esse seu fundamentalismo, com essa sua

arrogância, de que a razão está toda do seu lado, toda a moral está do seu lado, toda a verdade está do seu lado e do outro lado não há maneira de reconhecerem, é tudo falta de transparência, é tudo errado, quando na verdade a Senhora tem um orgulho enorme de viver em Oeiras, gosta de viver em Oeiras, esse é que é o problema, mas se gosta é porque ele foi construído, teve um planeamento, tem ordenamento do território e digo-lhe mais, também a desafio, estudem qualquer modelo de ordenamento do território, olhemos para uma carta geográfica dos Concelhos à volta de Lisboa para tirarmos uma conclusão, onde é que o ordenamento do território está mais organizado, onde é que as funções do território estão melhor definidas e vai ver que qualquer Concelho limítrofe a Oeiras, com exceção de Lisboa, que é a capital, é outra coisa, vê uma garagem de automóveis, a seguir um estaleiro de construção civil, a seguir um parque de estacionamento de um “stand” de automóveis, depois o prédio com três pisos de habitação, a seguir uma fábrica não sei quê, depois volta a ter um estaleiro de construção civil, é este panorama que vê na generalidade dos Concelhos à volta de Oeiras. -----

----- Estaleiros de construção civil clandestinos só conhece um, mas passa aqui as fronteiras encontra estaleiros de construção civil por todo o lado, a céu aberto, em Oeiras só conhece um, só conhece um porque, por acaso, é o único que nós permitimos que se mantivesse ali, não para vergonha nossa, mas para vergonha da Brisa, porque havia trinta ou quarenta estaleiros clandestinos de construção civil em Oeiras, foram todos eliminados à exceção do estaleiro no outro lado do Alto dos Agudinhos, em Queijas. -----

----- Pode haver modelos de desenvolvimento diferentes, pode haver ideias diferentes, mas há de haver um pontinho ao menos em que estejam de acordo. -----

----- Dirá a Senhora Vereadora Carla Castelo, mas eu até voto noventa por cento das propostas a favor. -----

----- Mas, se formos ver o conteúdo das propostas, são propostas relativas à área social ou à educação ou à cultura, agora quando se trata de situações estruturantes do território, aí nunca

contamos com o voto da Senhora Vereadora Carla Castelo. -----

-----Eu não estou a dizer que é mau, até pode ser bom, o que eu estou a dizer é que as pessoas podem tomar as posições que quiserem, mas não fazer juízos valorativos da atitude dos outros, porque essa coisa da falta de transparência, mais isto e mais aquilo, isso presta-se a muitos subentendidos.-----

-----Ora bem, como calcula eu até sou muito expresso, eu quando escrevo alguma coisa ou quando falo normalmente sou muito direto, só por uma razão, para as pessoas entenderem e não situações difusas que se permitem em entendimentos diversos.”-----

4 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

-----Às dezoito horas e dez minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,



(Isaltino Morais)

A Chefe de Divisão,



Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho
de Ascensão /
500745943
2022.07.20 17:31:56
+01'00'

(Vera Carvalho)